



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV
COLEGIADO DE HISTÓRIA

RAIELE DOS SANTOS MOTA

O CRIME EM MOÇAMBIQUE NO
PÓS-INDEPENDÊNCIA(1975-1985)

Conceição do Coité - BA

2023

RAIELE DOS SANTOS MOTA

O CRIME EM MOÇAMBIQUE NO PÓS-INDEPENDÊNCIA(1975-1985)

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação – *Campus XIV*, Conceição do Coité como requisito final à obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Cristina Soares de Santana

Conceição do Coité
2023

AGRADECIMENTOS

À minha família.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos, começando pela minha querida família, especialmente minha tia Marcelina, e minha prima Dane, que me ofereceram apoio incondicional quando estive em Coité. Não posso esquecer do meu amado irmão Wagner e da minha mãe, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

À minha amada companheira Larissa, que compartilhou comigo esse processo de escrita. Um agradecimento especial às minhas amigas, Luana, Juliana, Milena e Yandria que sempre me apoiaram mostrando que nós somos capazes de construir nossa história. Agradeço também aqueles que percorreram essa jornada acadêmica comigo, deixando mais leve e alternativa em especial a Lucas, Paulo e Taiuze. Cada momento compartilhado foi valioso e contribui para o meu crescimento.

À minha dedicada orientadora, Cristiane Santana, expresso minha profunda gratidão. Sua paciência e determinação foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Aos professores que, com seu conhecimento e dedicação, me inspiraram ao longo do curso, deixo meu reconhecimento.

Ao universo por me fornecer força e perseverança durante todo esse processo. Cada desafio enfrentado foi uma oportunidade de aprendizado e crescimento. A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, muito obrigado.

"É ótimo celebrar o sucesso, mas mais importante ainda é assimilar as lições trazidas pelos erros que cometemos".

(Bill Gates)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a concepção do crime em Moçambique no período pós-independência, de 1975 a 1985, a partir do olhar da Frelimo. Consequentemente, busca-se investigar as medidas de controle social criadas pela Frente de Libertação Nacional de Moçambique, com foco nos crimes de prostituição e vadiagem. O objetivo é compreender como essas políticas moldaram a sociedade moçambicana, examinando seus efeitos no contexto histórico e social do país. A pesquisa baseia-se na análise de documentos históricos, como o jornal Notícias, a revista Tempo, discursos oficiais da FRELIMO, notícias da época, relatórios de jornais e trabalhos acadêmicos sobre o tema. Uma grande parte desses materiais foi encontrada no site Moçambique History e no Marxists.org. Uma abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada das políticas sociais nesse contexto. Os resultados da pesquisa revelaram que as medidas de controle social, incluindo os centros de reeducação, tiveram efeitos significativos na sociedade moçambicana. A conexão entre a implementação dessas políticas, o conceito de "Xiconhoca" e a repressão de crimes como prostituição e vadiagem destaca a complexidade da busca da FRELIMO por uma sociedade revolucionária. A análise crítica das fontes sugere que, embora inovadoras com o objetivo de criar um "homem novo" e uma sociedade revolucionária, essas políticas enfrentam resistência e desafios na prática.

Palavras-chave: Concepção de crime, Frelimo, prostituição e vadiagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze the conception of crime in Mozambique in the post-independence period, from 1975 to 1985, from the perspective of Frelimo. Consequently, we seek to investigate the social control measures created by the National Liberation Front of Mozambique, focusing on the crimes of prostitution and vagrancy. The objective is to understand how these policies shaped Mozambican society, examining their effects on the country's historical and social context. The research is based on the analysis of historical documents, such as the newspaper Notícias, the magazine Tempo, official FRELIMO speeches, news of the time, newspaper reports and academic works on the subject. A large part of these materials were found on the Mozambique History website and Marxists.org. A qualitative approach allows for an in-depth understanding of social policies in this context. The research results revealed that social control measures, including re-education centers, had significant effects on Mozambican society. The connection between the implementation of these policies, the concept of "Xiconhoca"; and the repression of crimes such as prostitution and vagrancy highlights the complexity of FRELIMO quest for a revolutionary society. Critical analysis of the sources suggests that, although innovative with the aim of creating a "new man" and a revolutionary society, these policies face resistance and challenges in practice.

Keywords: Conception of crime, Frelimo, prostitution and vagrancy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:(Fotografia: Ricardo Rangel, O último Pão, 1975)

Figura 02: Xiconhoca

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FRELIMO	Frente de libertação nacional
UNAMI	União nacional africana de Moçambique independente
UDENAMO	União democrática nacional de Moçambique
MANU	União nacional africana de Moçambique
PPM	Polícia popular Moçambicana
PIDE	Polícia internacional de defesa do estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO10

METODOLOGIA11

DESENVOLVIMENTO13

CAPÍTULO 1: A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E A CONFERÊNCIA DE BERLIM15

CAPÍTULO 2: UNIDADE COMO PILAR DA RECONSTRUÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE26

CAPÍTULO 3: OS CENTROS DE REEDUCAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DOS CRIMES DE PROSTITUIÇÃO E VADIAGEM EM MOÇAMBIQUE (1975-1985)33

3.1 Crime de prostituição35

3.2 Crime de vadiagem43

CONSIDERAÇÕES FINAIS53

REFERÊNCIAS55

INTRODUÇÃO

Explorar uma parte da história de Moçambique é sempre importante, sobretudo quando se olha para um período que foi o marco oficial da sua emancipação política, a partir do qual será possível compreender os diversos acontecimentos que moldaram a sociedade moçambicana, como é o exemplo da concepção do crime na perspectiva da FRELIMO. A escolha do tema para este trabalho foi motivada pela minha curiosidade pessoal, desenvolvida ao longo da minha formação acadêmica. Durante esse percurso, tive a oportunidade de explorar a concepção do crime de prostituição, especialmente sob a perspectiva da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), um partido que começou a se solidificar e ganhar forma ainda antes da independência do país. O interesse crescente nesse tópico se deu ao compreender que as políticas e ideologias da FRELIMO desempenharam um papel crucial na definição dos contornos sociais e culturais de Moçambique, especialmente no que diz respeito aos crimes de prostituição e vadiagem. A transição para a independência em Moçambique em 1975 foi um momento crucial na história do país, com implicações políticas, sociais e económicas significativas.

Estudar a concepção do crime nesse contexto ajudará a entender como o novo governo lidou com questões de justiça e segurança de construção da nação. Compreender as políticas e práticas de combate ao crime no passado pode lançar luz sobre as dinâmicas atuais em Moçambique e suas instituições de justiça criminal. Esta monografia abordará a concepção de crime em Moçambique no período pós-independência, especificamente entre os anos de 1975 e 1985, a escolha do período se deu pelo fato de ter encontrado um número de fontes maior em especial os recortes de jornais da revista Tempo e também porque foram nos anos iniciais da independência que foram surgindo os mecanismo de controle social das massas sob a perspectiva da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

Será examinada a forma como a FRELIMO interpretou a ideia de crime nesse período histórico. A análise buscará compreender como a FRELIMO definia o que constituía um crime, quais eram as suas políticas e medidas para enfrentar a criminalidade, bem como as implicações sociais, políticas e económicas dessas abordagens. O período pós-independência em Moçambique foi marcado por significativas transformações políticas e sociais, o que torna esse estudo relevante para compreender o contexto histórico e as abordagens governamentais em relação ao crime

durante esse período. Apesar da existência de vários crimes que faziam parte da história de Moçambique, foi uma escolha pessoal tratar da prostituição e vadiagem para poder compreender essa concepção de crime dentro da sociedade nova que a Frelimo almejava criar.

A escolha do ano de 1975 foi pelo fato de ser a data oficial da independência de Moçambique, um marco de grande importância para o país. Não só esses fatores me levaram a pesquisar sobre essa temática, mas também a identificar os principais problemas enfrentados pelo novo partido FRELIMO após sua emancipação, em combater os crimes que já existiam e os que foram surgindo no período em análise. Nessa perspectiva, o intuito é analisar de forma minuciosa a fim de saber como se deu esse processo, com o suporte de reportagens de jornais da época, em especial o “Temporevista”, desta maneira compreender como essas pessoas eram punidas. Dentro disso, perceber quais tipos de crimes eram esses que colocaram em voga o avanço da nova sociedade, visto que a FRELIMO, na tentativa de liquidar um aparelho opressor, acabou criando outro.

Para a construção do trabalho foi de fundamental importância fazer uma análise documental das fontes oficiais, principalmente aquelas disponíveis na internet, como é o caso das fontes primárias que são os recortes de jornais do “Tempo Revista”¹. Além disso, recorrerei aos suportes de livros físicos, revistas, jornais e artigos online. Dessa forma, farei uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de compreender qual a proporção dada para as questões do crime em Moçambique independente, com o suporte de sites credíveis, em especial o marxist.org e o mozambiquehistory.com,² que

¹ A revista Tempo foi criada em 1970 em Portugal por intelectuais ligados à esquerda política. A revista surgiu como uma alternativa à imprensa existente, que estava sujeita a censura devido ao governo colonial fascista. No entanto, divergências surgiram na redação da revista quando se tratou de apoiar a política independentista da Frelimo em Moçambique. Mesmo quando a maioria dos membros da redação passou a apoiar a independência, os conflitos persistiram em relação à política de informação estabelecida pela Frelimo (SANTANA, 2009).

² O Mozambiquehistory.net (MHN) foi criado em abril de 2008 por Colin Darch, um documentalista e historiador sul-africano com profundo conhecimento sobre Moçambique. Darch contribuiu significativamente para a compreensão da história de Moçambique devido ao seu trabalho prolífico e à sua experiência. Ele passou oito anos no Centro de Estudos Africanos na universidade Eduardo Mondlane. Para conhecer melhor o trabalho de Colin Darch, acesse o link <https://www.colindarch.info/mocambique.php>. Além disso, o acesso ao site é gratuito, na versão em inglês e português, no qual ele apresenta de forma temática um vasto acervo de recortes de jornais selecionados sobre a história contemporânea de Moçambique, como política, gênero, biografias e programas sociais, em sua grande parte lançados pela revista Tempo de forma linear e organizada. Para conhecer melhor o site acesse o link <https://mozambiquehistory.net/>.

disponibilizam recursos e recortes de jornais e obras que tratam da história contemporânea de Moçambique de forma organizada e temática.

A pesquisa é documental e bibliográfica, na qual me debruçarei diante das fontes, em especial de recortes de jornais usados pela FRELIMO, com o recorte temporal de 1975, ano da independência de Moçambique, até 1985. Nessa perspectiva, durante esse período de aproximadamente 10 anos, foram criadas várias campanhas e instrumentos de controle social que visavam a prevenção do crime e a reeducação das massas, entre outros. A partir dos recortes dos jornais, destacarei os crimes de vadiagem e prostituição e, por conseguinte o centro de reeducação.

Nessa perspectiva Pinsky, 2008 vem enfatizar que “, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”(PINSKY,2008.p.140) dentro dessa abordagem de Karla Pinsk, sobre fontes históricas pode fornecer uma base sólida para a compreensão e análise do contexto em que as políticas e ideologias da FRELIMO foram moldadas. Pisk, 2008 destaca a importância de avaliar criticamente as fontes históricas, considerando não apenas seu conteúdo explícito, mas também o contexto, a autoria e os interesses subjacentes. Ao aplicar essa perspectiva ao estudo das políticas da FRELIMO, pode examinar como as fontes históricas refletem não apenas as ações da FRELIMO, mas também as influências e pressão interna e externa que moldaram essas políticas. Além disso, ao analisar as fontes históricas, em especial os jornais da época, é possível identificar como as ideias e narrativas sobre crimes, como prostituição e vadiagem, foram construídas e divulgadas. As fontes revelam tanto as perspectivas oficiais quanto as vozes dissidentes, proporcionando uma compreensão mais completa das complexidades desses conceitos no contexto moçambicano.

No contexto da independência moçambicana, os discursos da FRELIMO sobre crimes como prostituição e vadiagem emergiram como poderosas expressões de um desejo profundo: a criação de uma "sociedade nova" e a formação de um "homem novo" Michel Foucault, em suas ponderações sobre discurso, poder e desejo, oferece uma lente perspicaz para analisar esses acontecimentos. Quando afirma que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouco, as interdições que o incidente às revelam logo, rapidamente sua ligação com desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que no discurso como a psicanálise nos mostrou não é simplesmente que manifesta (ou oculta) aquilo

desejo: é também aquilo que é o objeto do desejo: e visto que isto a história não cessa de nos ensinar o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas ou os sistemas de dominação mas por que, pelo que se luta aquilo, o poder do que queremos apoderar(FOUCAULT, 1970.p.10)

Os discursos oficiais não são meros reflexos, mas instrumentos ativos que se moldam e são moldados pelo desejo e pela dinâmica de poder. Ao abordar os crimes de prostituição e vadiagem, o discurso da FRELIMO não reflete apenas uma luta contra práticas específicas, mas, mais crucialmente, revela um desejo de estabelecer uma nova ordem social. A implementação de medidas, como os centros de reeducação, exemplifica essa dinâmica, sendo o discurso não apenas um indicador, mas um veículo de transformação social. A crítica, à luz de Foucault, dirige-se à complexidade desses discursos revolucionários, questionando como, mesmo na busca por uma sociedade transformada, podem surgir formas de controle e disciplina. A resistência e as contradições, apresentadas nos discursos e práticas, tornam-se focos cruciais para entender não apenas o desejo pela revolução, mas também os desafios inerentes à construção da "sociedade nova".

O presente trabalho será dividido em três partes, no qual o capítulo 1, intitulado **“A colonização da África e a conferência de Berlim”** traz aspectos da colonização da África, um capítulo significativo da história do continente. Começa por mencionar o início desse processo por volta de 1450, quando os portugueses começaram a explorar a África. Esse processo de colonização envolveu vários elementos, incluindo a escravidão, a exploração da mão de obra africana por meio de companhias comerciais, a conversão das leis locais ao cristianismo e, finalmente, a colonização efetiva de vastos territórios africanos. Dentro disso, traz uma visão introdutória sobre a colonização da África e os eventos relacionados à Conferência de Berlim que tiveram um impacto profundo na história e nas dinâmicas sociais e políticas da África. Além disso, o capítulo aborda o cenário pós- colonização, quando os movimentos de libertação começaram a se expandir como a FRELIMO, em Moçambique.

No capítulo II, intitulado **“Unidade como pilar de reconstrução pós independência em Moçambique”** vem enfatizar o posicionamento da Frelimo em relação e a criminalidade na sociedade moçambicana, no qual alega que foram consequências diretas da opressão e exploração impostas pelas classes dominantes. Além disso, discute sobre as principais medidas lançadas pela Frelimo para combater o crime e os resquícios colonialistas da sociedade moçambicana.

No capítulo III, cujo o nome é “ **Os centros de reeducação e a configuração dos crimes de prostituição e vadiagem em Moçambique (1975-1985)** ”discorre sobre a concepção dos crimes de prostituição e vadiagem sob a ótica da Frelimo, e por consequência a ida para os centros de reeducação que foi criado com o objetivo de reeducar e controlar a população entre elas as prostitutas, vadios entre outros. Tudo isso se deu, porque o governo da Frelimo, estava empenhado em criar uma sociedade nova que fosse livre de todos os resquícios colonialistas, e para isso era necessário eliminar tudo que pudesse trazer consigo elementos da antiga ordem, exemplo disso são as prostitutas e os vadios. Além disso, também enfatiza as dificuldades do governo em alcançar tais objetivos.

CAPÍTULO 1: A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E A CONFERÊNCIA DE BERLIM

É inevitável falar de África sem mencionar o seu processo de colonização, ou seja, o processo de "roedura" ou partilha do continente africano, iniciado por volta de 1450 com a entrada portuguesa na África. Esse processo de integração se deu através da escravatura, exploração das forças de trabalho através das companhias comerciais, a conversão das populações ao cristianismo e a colonização efetiva dos territórios (CASEMIRO, 2014). A Conferência de Berlim, realizada em 26 de fevereiro, com os países europeus, teve como principais objetivos a regulamentação da liberdade comercial nas bacias do Congo e Níger, e a civilização dos novos territórios da costa ocidental da África. Nessa perspectiva, M' BOKOLO (2011) chama a atenção para um aspecto importante: os africanos não tinham o sentimento de estarem sendo "descobertos" ou "explorados", e aponta a ausência de fontes escritas desse fato. A desproporção demográfica africana e a geografia colocaram em evidência a partilha da África. As fronteiras foram especialmente determinantes para a geografia e para a criação de uma história que se refere mais à Europa do que à África, pois na conferência não havia nenhum representante do continente africano.

Na África Central, a penetração europeia foi feita principalmente pelos portugueses, que buscavam controlar o Congo e Angola desde os séculos XV e XVI. No entanto, eles só estabeleceram presença consistente e firme em Luanda, Benguela e numa estreita faixa costeira. Todavia, o domínio português efetivo era superficial, e as colônias portuguesas enfrentaram uma série de crises financeiras permanentes. As razões da penetração europeia no continente africano assumiram dimensões diversificadas (M' BOKOLO, 2011).

Na África Austral, os britânicos estavam ativos no Cabo. Os portugueses também estiveram presentes em Moçambique, uma região que esteve subordinada ao governador-geral indiano de Goa e se tornou uma região autônoma em 1753. Havia também presença portuguesa em litorais como a Sofala e nas fronteiras dos rios Sena e Tete. O aspecto mais primitivo da presença portuguesa nesse local eram os "prazos", que remontam ao final do século XVII. Essas plantações foram feitas originalmente a partir de doações de terras fornecidas pelos chefes africanos, voluntariamente ou forçadamente, a aventureiros portugueses em troca de seus serviços. Os "prazos" eram

todos portugueses ou descendentes de mães africanas ou indígenas, ou seja, eram mestiços.

A divisão da África, através da Conferência de Berlim, proporcionou a Portugal a ocupação política e militar de Moçambique, que perdurou até o final do século XX. Após a independência do Brasil, Portugal conseguiu manter suas colônias africanas, como Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique.

Da corrida da Europa para a conquista do território africano, resultou a definição dos limites do actual território de Moçambique com base na partilha da África feita pelas grandes potências europeias no final do século XIX, durante a conferência de Berlim (1885), realizada a pedido da Alemanha que queria ter acesso às riquezas naturais da África para adquirir matérias primas para o desenvolvimento das suas indústrias(CIPRIANO, 2010.p. 10).

A formidável presença portuguesa em Moçambique deu-se desde o século XVI, inicialmente na região denominada a partir de 1858 como Zambézia, compreendendo toda a extensão territorial do centro do país, que atualmente corresponde a quatro províncias: Tete, Sofala, Manica e Zambézia. O poderio português atingiu maior relevância a partir do século XVII, quando prescindiu da tutela do governo indiano. No entanto, é efetivamente a partir do século XIX que Portugal ampliou seu domínio nessa parte do continente africano, elegendo seu primeiro governador-geral. Antes disso, as províncias eram governadas por capitães e juizes-mores eleitos pelas populações locais (SANTANA, 2009 apud CAPELA, 1995).

Além disso, considera-se que a dominação efetiva do poderio português foi tardia, já que durante três séculos era apenas de forma nominal. Somente a partir do século XIX que Portugal ampliou seu domínio nessa parte do continente, momento em que foi eleito o primeiro governador-geral. No quesito administrativo, o governo deixou de ser fragmentado e passou a ser hegemônico. À medida que a política efetiva de ocupação de Portugal avançou, foi se ampliando o aparelho administrativo colonial. Com ele, a colônia passou a ser cada vez mais vista como um espaço de expansão do "Portugal continental", um espaço privilegiado para concentrar a mão de obra excedente e os camponeses sem-terra (MENESES apud SANTOS, 2006). Vale acentuar que a ocupação efetiva adviria da eficácia do desenvolvimento dos modos de produção, igualmente do desenvolvimento capitalista, para os quais a exploração ao limite da força de trabalho dos súditos colonizados era absolutamente central.

No contexto colonial moderno, Moçambique faz parte do conjunto de colônias de povoamento na África. Do ponto de vista histórico, a constituição desses territórios

como colônias de povoamento encontra-se associada às lutas de poder entre as potências imperiais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (MENESES e MARTINS, p. 61). Moçambique é um país localizado na região Austral da África. Situa-se especificamente entre Tanzânia e África do Sul, fazendo fronteira a oeste com Malawi, Zimbábue e Zâmbia e a leste, sua costa é banhada pelo Oceano Índico. Este território é dividido quase que ao meio por um dos maiores rios africanos, o Zambeze, e a diversidade cultural também é uma marca de sua população. O Rio Zambeze é tido como o mais importante, percorrendo cerca de 850 km em território moçambicano. É navegável até metade do percurso e foi a principal via de penetração no interior de Moçambique no início da colonização portuguesa.

As causas que levaram Portugal a exercer seu domínio nesses territórios deram-se por vários fatores, além da situação financeira que estava em declínio nos meados do século XIX. A Conferência de Berlim foi uma grande aliada nesse sentido, obrigando Portugal a evidenciar sua presença histórica e duradoura na África. A presença tinha que ser conjunta e em nome da civilização europeia, por meio da exploração colonial e capitalista. Moçambique e Angola foram instrumentos de estratégias de ocupação efetiva, incluindo a instalação de protetorados, colônias de exploração econômica e colônias de povoamento (MENESES, 2014).

A implantação do sistema colonial coincidiu com guerras de conquista e operações de "apaziguamento" ou pacificações. Ansiando pelos tesouros do Continente africano e ávidas de lucro, as potências coloniais correram para a exploração econômica, muitas vezes na forma de pilhagem pura e simples, cujos efeitos nefastos foram ainda agravados por desastres naturais associados às invasões coloniais. No entanto, foi sobre esses alicerces que nasceu o capitalismo colonial, um novo desafio que exigiu certos reajustes por parte dos africanos, bem como novas formas de organização e métodos de luta. Essa violência é especialmente evidente na esfera econômica: requisição de soldados, trabalho forçado, transporte de carregadores, agricultura forçada, pagamentos de impostos; nenhuma sociedade africana pôde escapar das implicações impostas pelos regimes coloniais, os quais procuraram justificar na política de "salvar" e "civilizar" as populações, como foi o caso da maior parte da África Austral, central e oriental (M'BOKOLO, 2011).

Na linha linear do século XX, na Europa, depois de acabado a grande depressão (1873-1896), assistia-se a um crescimento econômico amplo e relativamente regular nesse contexto, os europeus forçosamente que procurou arrancar as colônias em geral e o continente africano em especial a "selvageria" e a "preguiça" dos seus habitantes. O dever da civilização do que

se pretendiam portadores teriam de ser, antes de tudo, um dever da introdução da economia de transmissão desses valores de progresso, a fim de levarem os seus impérios para uma prosperidade, a do mercado mundial. (M'BOKOLO, 2011. p.466).

O continente africano forneceu aos colonos uma variedade de riqueza, terras férteis, vastas florestas, essências preciosas, depósitos minerais e muito mais. Igualmente favoreceu seu potencial de desenvolvimento através da exploração em relação a - densidade populacional, portanto, mão de obra, acessibilidade, proximidade com o oceano etc. As tendências econômicas e a dominação apoiaram-se nas dinâmicas econômicas do século XIX, bem como nas estruturas econômicas e sociais existentes, que também apoiaram a exploração colonial(M'BOKOLO,2011).

Os historiadores coloniais há muito se concentram principalmente nas instituições administrativas, econômicas e sociais criadas pelos europeus e, em última análise, em seu impacto sobre os africanos. Mas, em essência, surgiram trabalhos de outros especialistas como: ciências sociais, etnólogos, antropólogos, economistas pesquisadores atentos do "África Actual", e chamam a atenção, como fato maior do período, para considerar não apenas as respostas dos africanos, mas também sua capacidade de construir ou reconstruir-se como sujeitos históricos. Portanto, também é possível destacar sua capacidade de inventar os meios mais adequados para proteger o controle do seu destino, o que pode envolver interpretações de mundo, sejam estratégias de evasão (uso ou captura, novas relações de dominação ou filosofias) em que os europeus pretendiam alicerçar sua legitimidade(M'BOKOLO, 2011).

Nesta perspectiva, a história da África colonial é antes de tudo uma história de notável continuação da tradição: a resistência dos povos, usurpação e agressão, dominação e exploração, repetida ao longo dos séculos, mas que a colonização em escala sem precedentes multiplicou e continuou após as independências. No entanto, em certa medida, para obter as melhores condições de negociação com os colonizadores, ou inversamente, para combater os colonizadores, muitos africanos desenvolveram e adaptaram às suas condições particulares, os princípios filosóficos e ideológicos da sociedade europeia. como sua forma de mobilização e ação, essa história é também uma história de "ocidentalização" e "aculturação" seculares, da qual a colonização, em última análise, foi apenas uma fase(M'BOKOLO, 2011).

Finalmente, e talvez o mais importante, já que os estrangeiros tomaram conta de quase todo o continente africano, é um desafio questionar a natureza e o futuro dos africanos principalmente o devir da africanidade, no qual essa história resultou nas

invenções de linguagens, solidariedade, e influenciou na unidade cultural, práticas que levaram a África as independências, e continuam a funcionar na sociedade atual, constituiu um fator decisivo e um importante motor da evolução do Continente Negro. (M'BOKOLO, 2011).

A submissão de Moçambique às potências coloniais, que se recusaram a aceitar o diálogo sobre a transferência pacífica do poder e o reconhecimento da identidade histórica de Moçambique, levou o movimento nacionalista a optar pela luta armada de libertação nacional (LALN) (CASEMIRO, 2014). “A teimosia do salazarismo em não fazer a descolonização levou, então, a guerras de libertação bastante longas, que provocaram fenómenos de radicalização. Quais foram, no entanto, os efeitos a longo-prazo? “(CAHEN, 2013 p.64). A fixação de Salazar, resultou inevitavelmente na luta armada, visto que foi exterminada qualquer evolução pacífica, mesmo depois dos alertas e avisos como por exemplo o motim de Mueda de 1960 em Moçambique. Desde 1961 em Angola até 1964 em Moçambique que Portugal estava empenhado em confrontos e com lutas armadas que duraram entre dez a treze anos. Nessa perspectiva M'BOKOLO (2011) vem enfatizar que

É notável que os africanos deram mostras de contestar o sistema desde a recusa individual até os motins regionais, desde a reação imediata a um dos efeitos da colonização até a vontade profunda de mudar as coisas. A resistência era passiva ou ativa, local ou alargada, eclodia no meio rural ou urbano, assumia formas antigas ou modernas, e colocava –se no terreno econômico, social e político. Implicava as populações ora elites tradicionais, ora ainda as elites modernas, desencadeando alianças entre as diferentes camadas sociais, fazia nascer e renascer consciência de classes ou de pertença étnico. Tudo isso com conteúdos ideológicos mais ou menos claros, objetivos mais ou menos elevados (M' BOKOLO, 2011. p.524).

A luta armada foi oficialmente lançada em setembro de 1964 com o ataque ao posto administrativo em Cabo Delgado, o conflito se estendeu para outras províncias como Niassa, Tettê e durou aproximadamente 10 anos. Nesse sentido, a luta armada foi uma realidade para o continente, já que não foi uma experiência vivida somente por Moçambique, vários outros países como Guiné Bissau, Cabo verde, Zimbabué utilizaram a guerra como meio de conquista de suas independências. SANTANA (2009). Segundo M'BOKOLO (2011) o ano de 1960, foi considerado o ano da África, no qual presenciou dezoito colônias da Europa ascenderem e se tornarem estados igualmente reconhecidos internacionalmente, porém a soberania ainda era uma questão delicada, visto que estava distante de ter a solução definitiva. Pois, ainda existiam um número exorbitante, um total de 27 colônias que ainda estavam sujeitas a dominação europeia.

A verdadeira insurreição armada ocorreu em 25 de setembro, quando a FRELIMO decidiu atacar o posto avançado de Chai em Cabo Delgado, destruindo as pontes dos rios. Naquela época, o número de guerrilheiros não ultrapassava 250. No entanto, nos últimos anos da guerra, as forças armadas do exército português calcularam que as guerrilhas contavam com cerca de 6.500 homens (3.500 em Cabo Delgado, 1.000 em Niassa e 2.000 em Tete). Durante os primeiros anos das operações militares, as armas utilizadas pelos guerrilheiros ainda eram rudimentares, mas logo foram substituídas por outras melhores, originadas na China ou fabricadas pela União Soviética FRAGA (2014).

Para poder operar em Moçambique, o exército sentiu a necessidade de mais veículos para transferência tática em terra e mais helicópteros para a evacuação e implantação de tropas no terreno. Foram adotadas várias manobras, estratégias e alianças tanto pelo partido FRELIMO quanto pelo exército português no limiar da guerra até chegar à conquista da independência, resultando em muitas mortes e prisões. A guerra durou quase treze anos, especialmente de guerrilha. Os anos não podem ser resumidos em poucas páginas e as situações variam muito. Aspectos a serem considerados, detalhes a serem determinados etc. (FRAGA, 2014).

A FRELIMO, formada em 25 de junho de 1962 a partir da fusão de vários movimentos nacionalistas criados em áreas adjacentes, contou com diversas alianças nacionalistas do período e somou forças na luta pela independência, engendrando uma frente comum para exterminar o colonialismo e todos os vestígios do imperialismo português (MENESES, 2014). Anterior a esse período, já existiam três focos de movimentos políticos nacionalistas, como a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) e MANU (União Nacional Africana de Moçambique), que posteriormente resultaram na unificação do Movimento de partido único da FRELIMO sob o comando do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, eleito o primeiro presidente da FRELIMO durante o I Congresso³ da FRELIMO, que ocorreu fora do território de

³Documento lançado pela revista Tempo em 1977 no dia 30 de janeiro. Conta com documentos do I congresso da Frelimo e com os discursos do primeiro presidente da frente de libertação Eduardo Mondlane. Para ter acesso ao pdf acesse o link <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/36.pdf>.

No site mozambiquehistory, também pode ser encontrado, porém apresenta uma versão do documento ampliada que conta com uma obra escrita por Samora Machel no qual faz um resumo de todos os congressos sendo o I, II e o terceiro de forma temática e organizada. Cujo o título é “ O partido e as

Moçambique. Esse congresso foi considerado de grande importância para a história de Moçambique, pois proporcionou a união dos diversos segmentos sociais para tomarem decisões para o futuro do país.

Durante seis dias, moçambicanos de todas as regiões do nosso país, analisaram a situação de Moçambique, estudaram os problemas que se, porém, chegaram ao país e definiram os princípios e métodos que permitissem conduzir vitoriosamente a luta de libertação (comitê central da Frelimo. Dar-es salaam, setembro de 1963).

Na Tanzânia, nos dias 23 e 28 de setembro de 1962, ocorreu o primeiro Congresso da FRELIMO em Dar es Salaam, onde foi oficialmente anunciado o movimento com o lema "a luta armada para liquidação do Colonialismo Português, rumo à independência Nacional". A iniciativa de construir uma democracia popular, que incluísse diversos segmentos sociais, como operários, camponeses e mulheres, ou seja, o povo moçambicano como um todo, foi motivada principalmente pelo anseio dos combatentes nacionalistas da época. Um dos principais objetivos da república popular era a criação de um estado democrático, com a participação direta e indireta da população moçambicana. Nesse sentido Cahen (2013) enfatiza que:

A produção da nação, isto é, a extensão dela a toda a população é o fio condutor do projecto político da Frelimo, desde a sua criação como frente « nacionalista » em 1962, à Frelimo « nacionalista revolucionária » de 1969, à Frelimo « marxista-leninista » de 1977, e, por fim, à Frelimo nacional-liberal pós-1989. Este fio condutor é bem mais importante que a radicalização ou que o marxismo como tal por uma razão simples e poderosa: só a « nação » pode operar a legitimação moderna de Moçambique, tal como ele é na sua definição colonial, e legitimar assim aos seus olhos, o papel da elite crioula historicamente produzida neste contexto. Não se imagina a possibilidade de construir um Estado sem nação, unido unicamente em torno de uma garantia de progresso trazida às populações pela nova República. (CAHEN, 2013. p.51).

O conceito de nação é fundamental para garantir o progresso e o desenvolvimento das populações dentro da nova República de Moçambique. Nesse contexto, a FRELIMO passou por diferentes fases ideológicas, mas o elemento-chave da nação permaneceu presente ao longo de sua história política. Em análise crítica, podemos observar que o autor destaca a importância da construção da nação e sua relação com a legitimação do Estado. No entanto, é importante considerar que a noção de nação pode ser complexa e multifacetada, envolvendo questões de identidade, cultura, história e pertencimento, que podem variar entre diferentes grupos étnicos e sociais dentro do país. Ademais, é relevante ponderar como essa visão sobre a nação e

classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular” Para ter acesso ao pdf acesse o link https://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1977/19770200_3_congresso_cc_report_op_t.pdf

sua relação com a legitimidade do Estado influenciou as políticas e ações da FRELIMO ao longo do tempo, e como essas abordagens políticas podem ter impactado a sociedade moçambicana em diferentes períodos históricos. A análise crítica nos convida a refletir sobre as dinâmicas complexas entre ideologia política, identidade nacional e governança em Moçambique (CAHEN, 2013).

O objetivo dos congressos em sua maioria era estabelecer e definir métodos e ações que contribuíssem para o avanço político e militar da luta libertadora. Era um ambiente propício para proclamar a necessidade de estabelecer laços estreitos entre o novo partido e todas as forças coloniais do mundo, em especial os países vizinhos a Moçambique que também estavam empenhados na luta (FRELIMO, setembro de 1963).

A Frelimo durante um ano findo, estendeu e consolidou a sua organização no interior do país promovendo a mobilização e enquadramento da população, elevando a moral e consciência política das massas e fortalecendo o seu justo sentimento de revolta contra os ocupantes da nossa terra Moçambicana (Comitê central da Frelimo, setembro de 1963, p.02).

Na frente de Moçambique, a penetração da FRELIMO permitiu que esses movimentos se expandissem para outros locais como é o exemplo da zona de Tete em 1968. A ameaça da travessia em direção a Manica e Safola e Zambézia para o sul, também foi um fator que inquietavam os governos que faziam parte da aliança da ALCORA, como Portugal e Rodésia ou seja, uma espécie de combinação que contava com esforços militares e econômicos para sustentar e reverter o curso da guerra no Cone austral, no qual estava associada às diversas manobras políticas que visava a independência “fantoche” e neocolonial, com o intuito de garantir e fortalecer a manutenção dos interesses da minoria branca no poder, que era chamada de "terceira força". A esta terceira força estava presente na Rodésia, África do sul e nas "províncias ultramarinas" em Angola e Moçambique onde as comunidades de ascendência europeia têm uma forte influência (MENEZES, 2014).

O avanço da Guerrilha para o sul permitiu ampliar a frente de luta, com a participação de forças nacionalistas zimbabwianas em ações conjuntas com a FRELIMO. A FRELIMO tinha como estratégia as chamadas zonas libertadas no qual, ficava fora da administração portuguesa, assim os revolucionários criaram bases seguras que contavam com abastecimentos de alimentos e garantias de vias de comunicação (MENESES, 2014). À medida que a guerra nacionalista ia progredindo, tornou-se necessário a intensificação e preparação ideológica da FRELIMO. Inicialmente para fazer parte do movimento era necessário apenas que demonstrassem apoio aos objetivos

da causa da luta nacionalista, com o decorrer do tempo, precisamente nos finais dos anos de 1960, as responsabilidades e direitos dos membros do movimento indicavam mais demandas e preocupações em termos de habilidade política e militar. Os membros deveriam ter consciência política, aceitar a disciplina militar e estar preparados para lutar pelos objetivos do movimento. Isso significou fortalecer a politização do campesinato, principal força do exército nacionalista, a maioria da população moçambicana era camponesa, o avanço da ação das guerrilhas levou à criação das chamadas "áreas libertadas"(MENEZES, 2014).

Os camponeses estavam desempenhando em sua grande parte trabalho forçado e colheitas forçadas pelas nações coloniais. Para sobreviver (alimentos) e ampliar apoios (informações), esses movimentos também exigem o consentimento concreto e material da grande população rural, principalmente mulheres. As mulheres foram peças fundamentais nesse processo da conquista da independência de Moçambique, já que em sua maioria participaram diretamente no confronto da luta, e as demais que não participaram de forma direta, contribuíram levando alimentos, armas, cuidando dos feridos e também exercia papéis de informantes e enfermeiras.” (SANTANA, 2009). As afinidades étnicas, culturais e linguísticas foram peças fundamentais para a inserção dos moçambicanos no meio social e político (MENEZES, 2014).

Vale salientar que essas bases de apoios foram fortemente atingidas pela política portuguesa de aldeamento, e rodesiana com a implementação de arames farpados, estas medidas procuravam de forma radical reduzir ou até mesmo excluir o apoio da população aos movimentos de libertação, nesse sentido de forma estratégica eliminar o fornecimento de alimento e o compartilhamento de informações a respeito da presença das unidades militares portuguesas(MENESES, 2014). Nessa perspectiva,Thomaz (2008)chama atenção para esses aldeamentos providenciados pelos portugueses, sob o comando do exército colonial, nos seus últimos anos de existência e enfatiza que ia além da política do controle, e que não serviam apenas para controlar a população camponesa e evitar contato com guerrilheiros da FRELIMO, mas também materializaram um enorme esforço publicitário em forma de propaganda que tinha como foco a melhoria das condições de vida da população rural pela potência colonial portuguesa durante sua última década no continente africano.

O congresso⁴ foi um momento oportuno para apresentar os problemas pelo qual os países estavam passando, principalmente em Moçambique, nesse sentido procuraram elaborar estratégias que pudessem sanar os problemas que estavam assolando os países, igualmente reforçar as bases e ações para a conquista das independências. O congresso proporcionou uma análise profunda da situação vigente de Moçambique e observou que o povo moçambicano se encontrava ainda submetido à opressão colonial portuguesa, sob todas as formas como política, social e cultural. Buscando combater e exterminar a opressão portuguesa, durante o congresso foram elaboradas 17 medidas que precisavam ser postas em prática de forma imediata que foram divulgadas no Jornal "Tempo" em 1963.

1. desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da Frelimo;
2. desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;
3. utilização máxima das energias e faculdades de cada um e de todos os membros da Frelimo;
4. Promover a formação acelerada de quadros;
5. empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique a independência;
6. Promover por todos os meios, o desenvolvimento social, e cultura da mulher moçambicana;
7. promover desde já a alfabetização do povo moçambicano criando escolas onde for possível;
8. Tomar as medidas necessárias a fim de aprovar as necessidades dos órgãos das diferentes escolas da Frelimo.
9. Encorajar e apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da juventude e das mulheres;
10. Corporação com as organizações das outras colônias portuguesas;
11. Cooperação com as organizações nacionalistas africanas;
12. cooperação com os membros nacionalistas de todos os países;
13. Obtenção de fundos junto das organizações que simpatizam com a causa do povo moçambicano fazendo apelo público;
14. Obtenção de meios para outra defesa e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano;
15. Programa permanentes por todos os meios a fim de mobilizar a opinião pública mundiais em favor da causa do povo moçambicano;
16. Diligências junto de todos os países a fim de realizar campanhas e manifestações públicas de protesto contra as atrocidades cometidas pela administração colonialista portuguesa.
17. obtenção de ajuda diplomática, moral e material para a causa do povo moçambicano junto dos estados africanos e de todos os estados amantes da paz (TEMPO, 1977 n° 330, p.29).

As pautas do primeiro congresso só foram divulgadas após a conquista da independência, ou seja, aproximadamente 12 anos depois, quando foi realizado o III congresso. A intenção da divulgação se deu pela tentativa do novo partido FRELIMO, mostrar de forma estratégica a história árdua que Moçambique tinha passado até conquistar a independência, mostrar de forma detalhada todos os passos para uma melhor compreensão da história do país e da Luta nacionalista, nesse sentido reforçar a união do povo. A independência de Moçambique foi oficializada em 25 de junho de

⁴O I congresso fixou como objetivo central a libertação da pátria, foi definido como o congresso da unidade e caracterizou o inimigo como sendo o colonialismo português (COLIN e DARCH, Maputo, 10 de novembro de 1979). Para ter acesso ao pdf acesse o link https://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1977/19770200_3_congresso_cc_report_op_t.pdf

1975, através da luta armada que resultou na vitória de Moçambique. Após uma longa tentativa de diálogo e negociações para que ocorresse de forma pacífica. A guerra teve "fim" com a assinatura dos acordos de Lusaca, em setembro de 1974, durante o período de um ano foi estabelecido um governo provisório composto por representante da FRELIMO e do governo português, em 1975 o governo português reconheceu oficialmente os direitos e os Princípios da Independência de Moçambique momento que ocorre a Transferência de Poder, ou seja, transfere a sua soberania sobre o território de Moçambique, após um ano solenemente a independência total, datas que coincidem intencionalmente com aniversários e fundação da FRELIMO.

Após um ano da independência, o Presidente Samora Machel, em 1976, fez um balanço das vitórias e avanços da FRELIMO, no qual foi exposta para a população através da rádio. No seu discurso, ele pontuou o avanço em relação às medidas tomadas para a "limpar" os resquícios coloniais. Nota-se a grande preocupação em eliminar os resquícios de cunho "moral" como é o exemplo da prostituição, alcoolismo, banditismo e tribalismo entre outros:

Nesse primeiro ano o nosso povo lançou uma ofensiva vigorosa para destruir definitivamente as estruturas coloniais em todos os setores, e para eliminar para sempre o alcoolismo, a prostituição, a droga, para acabar com o tribalismo, com o regionalismo, o racismo, com os complexos de superioridade e de inferioridade, para aniquilar a superstição, o analfabetismo e o banditismo. (Circular da sede nacional da Frelimo, dirigida a todos os grupos dinamizadores do país. MAPUTO, julho de 1976, p.02).

Podemos perceber que a FRELIMO tinha uma visão abrangente sobre os desafios que o país enfrentava após a independência. Eles buscavam não apenas destruir as estruturas coloniais, mas também lidar com questões sociais profundamente arraigadas, como o alcoolismo, a prostituição, a droga, o tribalismo, o regionalismo, o racismo, a superstição, o analfabetismo entre outros (MAPUTO, 1976).

CAPÍTULO 2: UNIDADE COMO PILAR DA RECONSTRUÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

Após a conquista da independência iniciou-se em Moçambique uma política de reconstrução do país, principalmente dos setores econômicos e sociais. Uma das práticas adotadas pela FRELIMO, foi a consolidação da unidade do povo, ou seja, a união da classe revolucionária, SamoraMachel em seu discurso em 1976 reafirma que a unidade foi a arma principal para a luta contra o colonialismo, e que agora continua a ser para o processo de reconstrução (FRELIMO, Maputo, julho de 1976).

Política e militarmente foi forjada a unidade, a partir de um pensamento comum, consciência patriótica e de classe. Entramos em Nashingwea como Macondes, Macuas, Nianjas, Nyngues, Manicas, Shanganas, Ajauas, Rongas, Senas; saímos moçambicanos. Entramos como negros, brancos, mistos, indianos; saímos moçambicanos. Quando chegamos, trazemos nossos vícios e defeitos, egoísmo, liberalismo, elitismo. Nós destruimos esses valores negativos e reacionários. Nós aprendemos a incorporar os hábitos e os comportamentos de um militante da Frelimo. Quando entramos, temos uma visão limitada, pois conhecemos apenas nossa região. Lá, aprendemos a escala do nosso país e os valores revolucionários. Chegamos supersticiosos; no confronto entre a superstição e ciência, adquirimos o ponto de vista científico. Nós éramos desorganizados, suscetíveis ao rumor e à intriga, à corrupção, incapazes de analisar e interpretar os fenômenos. Lá aprendemos a viver de forma organizada, a interpretar corretamente a realidade e a agir. Com frequência chegamos motivados só pelo ressentimento e ódio com relação ao opressor; saímos com uma clara definição do inimigo. É por isso que dizemos que Nashingwea foi o laboratório onde forjamos os moçambicanos. (Samora Machel, discurso realizado em Maputo no dia 5 de novembro de 1981 apud THOMAZ, 2008, p.182)

Nessa perspectiva, Cahen (2013) salienta que o menosprezo e a deslegitimação das identidades étnicas resultaram em uma política educacional negligente que impossibilitou dar a devida atenção ao equilíbrio étnico das regiões do país. Desde o início, desde a luta armada, as entidades nunca foram vistas como a base primária de uma nova Pan-africanidade. Pelo contrário, foi adotada uma abordagem antagônica em relação às precedentes, pois era necessário produzir um "homem novo". O Estado pós-colonial africano se depara com uma tarefa praticamente impossível: legitimar modernamente o território colonial através da rápida construção de uma nação que não corresponde à realidade dos povos e identidades presentes em seu território.

Para garantir que as medidas fossem seguidas à risca, era necessário o engajamento direto da população para combater tudo que pudesse "dividir" o povo, como divisões baseadas em religião, boatos, intrigas, brigas, desorganização e indisciplina. Além disso, a sociedade enfrentava problemas mais graves, como fome,

analfabetismo, doenças e pobreza. Na tentativa de resolver essas problemáticas, foram lançadas uma série de medidas, como o aumento da produção de alimentos de forma coletiva, evitando o trabalho individualista que ia contra os novos ideais. Para essa ação, foram usados grupos dinamizadores com a função de mobilizar as massas populares, principalmente contra vícios, comportamentos e ideias erradas que contribuíssem para o baixo desempenho, como a preguiça, entre outros. É importante enfatizar que esses grupos dinamizadores precisavam passar por uma reestruturação, sendo representantes genuínos das classes oprimidas e da classe operária-camponesa (MAPUTO, julho de 1976).

Nessa perspectiva o jornal de julho de 1976⁵ aborda aspectos relacionados à construção da nação e à implementação de medidas durante o período de transição em Moçambique, após a independência. Destaca-se a tentativa de superar as divisões étnicas e construir uma sociedade coesa e unificada. No entanto, é importante considerar que a abordagem adotada pelo governo de transição, embora tenha buscado promover a unidade, também pode suscitar discussões sobre a necessidade de respeitar a diversidade cultural e étnica do país.

Além disso, o texto menciona as medidas para resolver problemas sociais, como a fome e o analfabetismo, e a importância do engajamento da população na implementação dessas ações. Nesse contexto, é válido questionar como tais medidas foram efetivamente realizadas, se houve participação ativa da população e quais foram os resultados alcançados. Por fim, o texto apresenta o papel dos grupos dinamizadores na mobilização popular, evidenciando a importância de representantes verdadeiros das classes oprimidas e operário-camponesas. No entanto, é necessário refletir sobre o poder e a influência desses grupos, bem como a garantia de que suas ações não violem os direitos individuais e a liberdade pessoal dos cidadãos.

Portanto, os GDs já haviam se alastrado por todo o país, tanto no campo como nas cidades. Inicialmente, os grupos dinamizadores eram usados como ferramenta de socialização política, atuando como o elo de comunicação entre as massas e os líderes da FRELIMO. No entanto, conforme a situação política se desenvolvia, os GDs passaram a desempenhar um papel mais associado à vigilância e controle populacional, especialmente sobre a liberdade de movimento da população, contando com a vigilância

⁵Publicado pelo departamento de informação e propaganda da Frelimo, cujo o título é “Tarefas concretas e imediatas a realizar” para ter acesso ao pdf acesse o link <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/01.pdf>.

de funcionários do aparelho do Estado remanescentes da antiga burocracia colonial (THOMAZ, 2008).

Dessa forma os GDs passaram a ser instrumentos de mobilização política em mecanismos de vigilância e controle populacional. Esse processo pode ser compreendido como uma resposta do governo de transição para garantir a estabilidade e a consolidação do novo sistema político. No entanto, essa mudança também suscita preocupações sobre a preservação dos direitos individuais e a liberdade da população.

A transformação dos GDs levanta questões sobre o papel do Estado e o equilíbrio entre a necessidade de segurança e a proteção das liberdades individuais. É importante refletir sobre como essa vigilância e controle eram realizados, quais eram os critérios para identificar possíveis ameaças e como eram tratadas as questões de privacidade e liberdade de expressão. Além disso, é válido considerar o impacto que essa mudança teve na percepção da população em relação ao governo de transição e à FRELIMO. A medida pode ter gerado desconfiança e receios em relação ao Estado e suas políticas, o que pode ter influenciado a relação entre o governo e o povo moçambicano (SERAPIÃO e EL-KHAWAS, 1979 apud THOMAS, 2009). No contexto histórico, é importante observar como essas transformações refletiam os desafios enfrentados pela FRELIMO na construção de um novo sistema político e social em Moçambique. A análise crítica permite entender as complexidades desse período de transição e a necessidade de avaliar as políticas adotadas pelo governo sob diferentes perspectivas para uma compreensão mais abrangente dos eventos históricos.

Foram muitas as estratégias usadas pela FRELIMO para a reconstrução nacional, principalmente no quesito social, já que eram problemáticas que estavam intrínsecas no seio da sociedade moçambicana. Após as independências das antigas colônias portuguesas de Angola e Moçambique, a forma como as novas potências dos movimentos de libertação lidaram com as estruturas coloniais e os seus mandatários, sejam civis ou militares, revela as dificuldades dos nacionalistas africanos a partir da segunda metade do século XX, a criar uma nova realidade política radicalmente diferente daquela deixada pelo colonialismo (GOMES, 2014). Nesse sentido criar uma nova realidade, com novas estruturas políticas e até mesmo um homem novo, no qual

essa nova sociedade seria livre da exploração herdada do colonialismo. Nessa perspectiva enfatiza a dificuldade de erradicar de vez os resquícios coloniais que moldaram a mentalidade dos colonizados, como aponta Fanon, 1961 “Foi o colonizador que fez o colonizado” (FRANTZ FANON, 1961 apud GOMES, 2014.p 138).

A escolha política proposta pela historiografia oficial da Frelimo baseou-se desde o início na oposição entre planos revolucionários e reacionários. Todavia essa dualidade teve efeitos nas mentalidades políticas e nas ideologias dos colonizadores e dos colonizados, que consequentemente impactaram na estrutura sociocultural de Moçambique. Nesse sentido Fanon (1961) vem enfatizar, que:

a colonização requer mais do que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ele identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico... A liberdade requer um mundo de outros. Mas o que acontece quando os outros não nos oferecem reconhecimento? Um dos desafios instigantes de Fanon para o mundo moderno aparece aqui. Na maioria das discussões sobre racismo e colonialismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o outro. Fanon, entretanto, argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o Eu e o Outro, uma relação que é a base da vida ética. A consequência é que quase tudo é permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é frequentemente aceita com um zelo sádico. A luta contra o racismo anti-negro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para entrar na dialética do Eu e do Outro (FANON, 1961, p. 16).

Foram várias as tarefas designadas a população moçambicana para que se criasse uma sociedade livre do colonialismo português, logo após a independência, a FRELIMO, passou por um processo de edificação, no qual se "tornou república popular de Moçambique tinha como linha ideológica o marxismo-leninista de forma adaptada, transformou o partido marxista leninista, em partido de vanguarda da revolução Moçambicana, O fator ideológico marxista foi um " pivô " fundamental que influenciou a luta contra a criminalidade, ou seja da exploração do homem contra o homem. tais acontecimentos marcaram de forma profunda a organização social de Moçambique (CASEMIRO, 2014). A luta contra a criminalidade é parte integrante da luta de classe, da luta contra todas as formas de exploração. (FRELIMO, Maputo, 11 de agosto de 1976).

No dia 11 de agosto de 1976, um ano após a independência, foi divulgado pela revista *Tempo* um comunicado de combate à criminalidade, que visava teorizar a origem do comportamento criminoso da população moçambicana. Neste comunicado, afirmava-se que o comportamento criminoso estava relacionado à opressão política e

econômica sofrida durante a colonização e, conseqüentemente, estava associado à divisão de classes. A teoria primária estava pautada na justificativa de que, no período colonial, o povo africano havia vivido sob a influência da sociedade tradicional feudal até certo ponto e da sociedade capitalista (MAPUTO, 1976).

A criminalidade tem, pois, sua origem profunda na opressão, na exploração e na humilhação do homem pelo homem. Onde houver exploração, onde houver sociedades divididas em classes, existirão miséria, existirá fome e existirá o Crime (MAPUTO, 1976. p. 06).

O intuito da Frelimo ao divulgar esse comunicado era unir o povo em relação a denúncias apontando que competia ao povo organizado a reeducação dos criminosos. A visão da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) sobre o comportamento criminoso e a criminalidade na sociedade, estava relacionada diretamente com a opressão e exploração impostas pelas classes dominantes. A FRELIMO argumentava que os criminosos, em sua maioria, eram membros da classe explorada que foram corrompidos pela ideologia das classes dominantes e acabavam explorando e oprimindo seu próprio povo. Segundo o discurso frelimista esses elementos eram vítimas da miséria, da fome, e da humilhação imposta a eles pelas classes exploradoras, mas que foram maculados pela ideologia dessas mesmas classes no qual acabavam repetindo as mesmas práticas anteriores, roubavam, humilhavam e até assassinavam seus irmãos de classe. Ou seja, ao invés de se juntarem a outros explorados para resolver os problemas fundamentais de sua classe, esses elementos, agiam como os exploradores, humilhavam, oprimiam, roubavam e abusavam do povo (FRELIMO, Maputo, 11 de agosto de 1976).

No artigo do jornal NOTÍCIAS, intitulado *Combate Circular contra a criminalidade*⁶, a FRELIMO destacou a importância da reeducação dos criminosos pelo próprio povo organizado como uma forma de transformar a mentalidade corrupta e exploradora. Eles acreditavam que a erradicação definitiva do crime só seria possível em uma sociedade livre de exploração, na qual todos teriam que trabalhar cooperativamente para atender às necessidades coletivas. "Muitos dos criminosos, embora agindo como inimigos do povo, são filhos do povo, e como tal devem ser reeducados pelo povo" (MAPUTO, 11 de agosto de 1976, p. 03). Em geral, o texto

⁶Um artigo de jornal que fazia parte das circulares da sede nacional da Frelimo e foi lançado tanto no dia 11 de agosto de 1976 quanto no dia 12 do mesmo ano. Nos sites marxists.org e no mozambiquehistory, eles aparecem com datas diferentes, mesmo se tratando do mesmo documento. Foi publicado pela Frelimo através do jornal Notícias. O circular tinha como primeiro título "Combate circular contra a criminalidade" com o segundo título "Aplicamos criadoramente as palavras de ordem da Frelimo" e por último "violência contra especulamento e açambarcamento". Para ter acesso aos documentos acesse o link <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/03.pdf> e https://www.mozambiquehistory.net/politics/frelimo/_palavras_de_ordem/19760900_no_03.pdf

reflete a perspectiva ideológica da FRELIMO e sua busca por uma sociedade revolucionária que superasse as divisões de classe e alcançasse a libertação do povo moçambicano. Vale ressaltar que essa é apenas uma visão específica e que existem outras teorias e abordagens para entender as causas da criminalidade em diferentes contextos sociais.

Em resumo, a abordagem da Frelimo para lidar com a criminalidade está fortemente ligada à sua ideologia política e à visão de que a transformação social é a chave para resolver questões sociais, uma perspectiva que nem sempre se mostrou eficaz na prática, no qual pode ser ilustrada pela implementação das políticas de reeducação e controle social das massas, como será discutido no próximo capítulo um exemplo disso é do filme "Virgem Margarida". Esse filme retrata como as políticas de reeducação, que faziam parte da visão da Frelimo para transformar a sociedade, frequentemente resultaram em violência e abusos contra as mulheres no centro de reeducação. Em vez de alcançar a transformação desejada, essas políticas muitas vezes levaram a abusos de direitos humanos e a uma série de problemas complexos.

Esses exemplos sugerem que a visão ideológica da Frelimo para transformar a sociedade muitas vezes esbarrou em desafios práticos e na complexidade da realidade social. Enquanto a Frelimo tinha uma visão clara de como as coisas deveriam ser de acordo com seus princípios socialistas, a implementação dessas visões na prática frequentemente encontrava resistência, desentendimentos e, em alguns casos, resultaram em efeitos adversos, como os abusos de direitos humanos mencionados no filme *Virgem Margarida* (2012). Portanto, a eficácia dessas políticas em alcançar seus objetivos pretendidos era questionável, como será visto no capítulo seguinte.

A abordagem adotada pela FRELIMO é marcadamente marxista, enfatizando as relações de classe como determinantes para a compreensão do crime. Nessa visão, a exploração econômica e a desigualdade social são apontadas como principais fatores que levaram ao comportamento criminoso. Por essa razão é que foram criados os centros de reeducação, no qual a ressocialização estava pautada aos campos de trabalho, (machambas). Visto que aprendiam através de aulas intensivas sobre o "Marxismo-Leninismo". Nesse sentido o propósito da nova liderança era erradicar através dos centros de reeducação as mazelas da sociedade moçambicana associadas ao mundo colonial, burguês e capitalista. Ou seja, rumo à construção do novo homem, por tanto a necessidade de passar pelo processo de "reeducação", os indivíduos seriam introduzidos na nova ordem. Disciplina estrita, escassez material, superação de velhos

sentimentos (étnica, religiosa, de classe, racial, regional) e conduta moral impecável passaram a fazer parte do ideal do homem novo (THOMAZ, 2008).

Nessa perspectiva, a reeducação visava a criação do "homem novo" por meio da revolução, com o propósito de transformar radicalmente a realidade herdada das sociedades tradicionais do colonialismo e do capitalismo. O objetivo principal era integrar todos os moçambicanos em uma nova sociedade unificada. Segundo a FRELIMO, aqueles considerados "marginais", como prostitutas, presos, assassinos, candongueiros⁷ e vadios, foram consequências da sociedade capitalista. Portanto, cabia ao novo partido reintegrá-los à sociedade, uma vez que a revolução buscava transformar as pessoas e a própria humanidade em sua essência (FRELIMO, Maputo, 13 de agosto de 1976).

⁷A palavra "candonga" tem origem na língua Kimbundu de Angola e foi utilizada para denotar ganhos especulativos. Um "candongueiro" era alguém que explorava oportunidades de lucro ou especulativos, ou seja, que fazia parte do mercado negro. Com o tempo, esse termo ganhou conotações mais sérias. Em 1983, ser rotulado de "candongueiro" era o equivalente a ser considerado um inimigo da revolução, alguém que explorava ganhos econômicos de maneira oportunista e era complicado a um crime armado (NOTÍCIAS, Maputo 17 de janeiro de 1983). Este documento pode ser encontrado através do link <https://www.mozambiquehistory.net/candonga.php>.

CAPÍTULO 3: OS CENTROS DE REEDUCAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DOS CRIMES DE PROSTITUIÇÃO E VADIAGEM EM MOÇAMBIQUE (1975-1985)

A política da FRELIMO nos anos iniciais da independência foi nitidamente cristalina. Nas décadas de 1970 e 1980, a mídia moçambicana contemporânea publicou pouca cobertura dos chamados campos de reeducação, como a Frelimo preferia chamá-los. Esse silêncio pode ser amplamente atribuído a preocupações de segurança. Embora suas origens não sejam nítidas, os centros parecem ter se originado como programas de reeducação para prostitutas da zona urbanas, mas seu papel se expandiu rapidamente (A CAPITAL, 20 de novembro de 1976). Analisando o contexto apresentado, percebe-se uma conexão entre os centros de reeducação e o crime de prostituição. A política rígida da FRELIMO em relação à corrupção e à vida urbana decadente incluiu a abordagem repressiva em relação à prostituição. Os "campos de reeducação" foram criados inicialmente como programas para reeducar prostitutas das áreas urbanas, visando eliminar comportamentos associados a vícios coloniais e capitalistas, como mencionado anteriormente (A CAPITAL, 20 de novembro de 1976).

No entanto, ao longo do tempo, esses centros de reeducação ampliaram seu escopo, passando a desempenhar um papel mais amplo de controle social e vigilância. O (THE WASHINGTON POST 7, may, 1980) menciona que a mídia moçambicana evitou cobrir amplamente esses centros, possivelmente por preocupações de segurança relacionadas à divulgação de informações sobre o funcionamento e a abordagem desses locais. Nesse contexto, é importante destacar que a política da FRELIMO em relação à prostituição e aos centros de reeducação pode suscitar debates sobre questões de direitos humanos, liberdade individual e abordagens governamentais no combate a problemas sociais. como afirma o jornal Woshintonh post quando enfatiza a visão do ocidente em relação aos Centros de reeducação.

A questão dos direitos humanos em Moçambique, incluindo os campos de reeducação, teve repercussão internacional como parte da razão para o país estar na lista negra do Congresso, impedindo-o de receber ajuda americana ao desenvolvimento. Embora notando deficiências, vários Grandes Diplomatas Ocidentais em Maputo disseram que o histórico dos direitos humanos do país é melhor agora do que em muitos outros países africanos. (THE WASHINGTON POST, 7 de may 1980).

A menção aos campos de reeducação como parte desta discussão é relevante, pois esses campos eram uma parte controversa da estratégia de reeducação da FRELIMO após a independência do país. Os campos de reeducação eram conhecidos

por condições difíceis, trabalho imposto e relatos de abusos dos direitos humanos. Embora a FRELIMO justifique esses campos como parte de seu esforço para criar uma sociedade socialista e eliminar comportamentos associados ao passado colonial, muitos críticos consideravam essas práticas como protegidas dos direitos humanos fundamentais. Analisando o texto criticamente, é importante notar que as preocupações com os direitos humanos em Moçambique eram legítimas, especialmente no que diz respeito aos campos de reeducação. Embora o texto sugira que o histórico de direitos humanos tenha sido melhorado em comparação com outros países africanos, não se pode ignorar as questões relacionadas aos campos de reeducação. A abordagem rígida pode ter tido impactos tanto positivos quanto negativos, e é essencial examinar criticamente as medidas adotadas pelo governo para compreender suas consequências na sociedade moçambicana durante esse período.

Uma das primeiras medidas implementadas pelo governo de transição, já sob a direção clara da Frelimo, foi a tentativa de “bloqueio” da prostituição e atividades relacionadas com a vida boemia. Esta é uma declaração do caráter moral da revolução em curso: Tanto homens como mulheres deveriam ser trabalhadores modelos para a construção do socialismo que consequentemente requeria a eliminação do inimigo e superar comportamentos associados a vícios coloniais e capitalista (THOMAZ, 2008). Para os centros de reeducação iriam todos aqueles que de alguma forma traziam consigo ou possuíam elementos da velha ordem como, por exemplo, os régulos (autoridade tradicional), feiticeiros, prostitutas, vadios, sabotadores entre outros (THOMAS, 2008).

No contexto das leituras realizadas, pretendo abordar de maneira crítica e analítica dois temas de grande relevância: os crimes de vadiagem e prostituição, assim como a construção da "sociedade nova" em Moçambique. Através da análise dos diversos textos apresentados, será possível compreender como esses crimes foram concebidos, perseguidos e utilizados como instrumentos de controle social em um contexto revolucionário. Além disso, será explorada a conexão entre a repressão a esses crimes e a busca pela transformação social e política, rumos à construção de uma nova ordem na sociedade moçambicana.

3.1 Crime de prostituição

A FRELIMO tinha uma visão holística sobre a transformação social e política que buscava implementar em Moçambique. Eles reconheciam que a independência política era apenas o primeiro passo, e que era necessário enfrentar problemas sociais e culturais herdados do passado colonial para construir uma nova sociedade exemplo disso é o extermínio da prostituição (MAPUTO, 1976). No entanto, também podemos perceber que essa visão abrangente da FRELIMO enfrentou desafios e dificuldades na prática. A implementação de medidas para eliminar problemas profundos, como a prostituição não foi fácil e rápida, visto que muitos moçambicanos tinham concepções equivocadas sobre os fundamentos reais da prostituição segundo a Frelimo. Para a Frelimo a prostituição era a consequência da sociedade de classe capitalista e da ideologia dominante.

Porém, para alguns, a simples aparência de uma mulher usando roupas curtas, compartilhando uma bebida com homens em um bar, usando maquiagem pesada e adotando gestos extravagantes era suficiente para rotulá-la como prostituta. Por outro lado, para algumas pessoas, o ato de duas pessoas dormirem juntos sem um contrato matrimonial ou simplesmente passearem em áreas menos iluminadas de uma cidade também era considerado prostituição (SANTANA, 2017) como enfatizou Fernando Lima, membro do governo de transição da FRELIMO “duas pessoas que dormem juntos sem terem assinado um contrato matrimonial ou que simplesmente passeiam em qualquer artéria de uma cidade e em sítios menos abafados pela luz elétrica, também serão casos de prostituição (SANTANA, 2017 apud LIMA, 1976, p. 04). Esse trecho evidencia como as percepções sobre a prostituição variavam entre os moçambicanos e como muitas vezes se baseavam em estereótipos superficiais ou normas sociais distintas. Essas percepções simplistas refletiam a falta de compreensão das complexas realidades que envolviam a prostituição.

A análise crítica nos leva a refletir sobre as limitações e complexidades enfrentadas pela FRELIMO ao tentar lidar com essas questões, especialmente considerando o contexto de transição e os desafios pós-independência.

A prostituição é inerente a um determinado sistema, onde são dominantes as relações de desigualdade entre as pessoas, onde a ideologia dominante permite que se forje a prostituição. só eliminando as causas, as próximas e as remotas, se poderá eliminar a prostituição. O mesmo será dizer que só destruindo o sistema, a sociedade colonial-capitalista, só destruindo e eliminando a ideologia burguesa, acampamento inimigo nas nossas cabeças,

só com a criação da SOCIEDADE NOVA, com a criação de fundamentos materiais e ideológicos que permitem a eliminação da exploração do homem pelo 'homem, a criação do HOMEM Novo, se poderá eliminar a prostituição, FISICA E IDEOLOGICA(MAPUTO, 1976, p.4.).

A redação acima, divulgada pelo jornal Notícias, em agosto de 1976 apresenta uma visão revolucionária sobre a questão da prostituição, afirmando que ela é inerente a um determinado sistema, no caso, a sociedade colonial-capitalista, onde prevaleciam relações de desigualdade entre as pessoas. Essa perspectiva argumenta que a prostituição é resultado da ideologia dominante que permitia sua existência, e, portanto, para eliminar a prostituição, de acordo a FRELIMO era necessário eliminar as causas que a perpetuam, o que envolve a destruição do sistema vigente(MAPUTO, 1976). A análise desse texto é importante para entendermos a visão ideológica e política que estava por trás das medidas adotadas pelo governo de transição liderado pela FRELIMO em relação à prostituição. O texto sugere que a eliminação da prostituição está diretamente relacionada à criação de uma "Sociedade nova" baseada em fundamentos materiais e ideológicos que permitiam a eliminação da exploração do homem pelo homem. Nesse contexto, a FRELIMO via a revolução como uma forma de transformar a sociedade e criar um "Homem Novo" livre de exploração e opressão.

O plano original foi anunciado no final de 1974 pelo ministro do governo de transição Armando Guebuza, que estimou publicamente que havia 75.000 prostitutas só na capital, embora esse número só pudesse referir-se a mulheres independentes que vivem sozinhas. Vale enfatizar que a criação desses centros era segundo o ministro no intuito de conscientizá-las e ensinar uma vida nova, como frisou o primeiro-ministro em uma entrevista em 1974 (LISBOA, 20 de novembro de 1974).

Em 1976, após dois anos de lançamento do plano original, houve uma preocupação maior em acabar com a prostituição, levando o governo da FRELIMO a lançar um documento intitulado "Como Encerrar a Prostituição", uma espécie de manual que mostrava a principal causa da existência da prostituição. O documento alegava que a prostituição sempre existiu, desde a Grécia Antiga, passando pelas sociedades feudais até as sociedades de classes capitalistas, abrangendo todos os setores econômicos, políticos e sociais. Igualmente, reforçava que a prática da prostituição era algo intrínseco na ideologia e na mentalidade da população moçambicana. Percebendo essa problemática, foram elaboradas estratégias para eliminar a prostituição a partir da raiz do problema. (Fernando Lima, 1976).

Recentemente desenvolveu-se uma campanha durante a qual muitas dessas prostitutas foram levadas da capital, estando agora a ser instaladas em certos campos, onde procuramos conscientizá-las de modo que possam aprender uma nova vida em conformidade com a sociedade que vamos criar. (A capital. Lisboa, 20 de novembro de 1974.p. 01)

Governo de transição liderado pela FRELIMO adotou uma postura rígida em relação à corrupção e à decadência da vida urbana, buscando também combater a prostituição como parte dessa abordagem moral e revolucionária. Os "campos de reeducação", mencionados anteriormente, foi um dos meios utilizados pelo governo para tentar eliminar essa prática.

Um dado que merece atenção é que havia uma diferença no tratamento em relação às prostitutas brancas e negras, no qual nas primeiras décadas do século XX, e no processo de higienização e disciplinamento da cidade colonial, prostitutas negras foram obrigadas a limitar seus serviços nos subúrbios de Lorenzo Marques, enquanto prostitutas francesas, espanholas, portuguesas, britânicas e alemãs eram “protegidas” e proporcionaram aos colonos ricos o “encontro” com a civilização europeia. Esse tratamento se estendeu também para os suspeitos de nacionalidade portuguesas, visto que eram “punidos “de forma branda(THOMAZ, 2008). A punição para ação anterevolucionaria e de sabotagem era de expulsão do país, no qual teriam que sair com 20 kg de bagagem em 24 horas, porém para os moçambicanos negros eram diretamente levados para o centro de reeducação, nesse sentido muitos moçambicanos de nacionalidade portuguesas forma beneficiados.

Em conjunto com as forças portuguesas, foi realizada a "operação limpeza” precisamente no dia 7 de novembro de 1974. A operação ocorreu nas ruas de Lourenço Marques, que atualmente é conhecida como Maputo. As medidas tomadas pelas forças militares se deu através de bloqueios das ruas, no qual tinham o objetivos de conter e deter os " marginais, agitadores e criminosos",porém nota-se que as pessoas mais afetadas foram as chamadas " trabalhadoras do sexo" ou seja as prostitutas que atuavam naquelas áreas. No total, foram detidos 284 indivíduos, sendo eles homens e mulheres, no qual a maior parte foi de mulheres, foram 192 mulheres, porém 50 delas foram libertas, e as demais foram enviadas posteriormente para os centros de reeducação distante da capital do país. Já os homens, foram libertados 42, e os demais ficaram detidos na capital(THOMAZ, 2008).

Exemplo disso foi o caso da jovem Margarida, personagem principal do filme *Virgem Margarida*, lançado em 2012, conta a história de uma jovem moça chamada

Margarida, de 16 anos que é apanhada em uma batida policial ocorrida logo após a proclamação da independência de Moçambique em 1975, por não estar portando documentos de identificação e é confundida com uma prostituta, embora ela seja virgem e ser moradora da zona rural. Ela é levada, juntamente com outras mulheres, para um centro de reeducação bem distante da cidade, praticamente em uma mata fechada, onde foi forçada a trabalhar na construção de casas e realizar plantações, aprender a cozinhar, além de aprender ideias marxistas. Além disso, sofria castigos corporais, caso não seguisse à risca o que era imposto pelas comandantes que era responsável pelo o centro de reeducação.

O filme aborda o período de transição política em Moçambique, após a independência, e destacam as medidas adotadas pelo governo de transição, liderado pela FRELIMO, para promover uma sociedade revolucionária baseada em ideais socialistas e a reeducação da população. O filme mostra como a reeducação foi implementada como uma forma de transformar a sociedade e eliminar comportamentos associados ao passado colonial e capitalista. O filme *Virgem Margarida* (2012) revela como o contexto histórico e ideológico da época impactou a vida das pessoas, especialmente das mulheres. O filme retrata a dura realidade das mulheres no centro de reeducação, submetidas a trabalhos forçados e reeducação ideológica, e revela como essas políticas muitas vezes resultaram em violência e abusos. A história de Margarida, que é liberada após comprovar sua virgindade e depois violentada pelos membros do governo, expõe as contradições e complexidades das políticas de reeducação e controle social do período (*Virgem Margarida*. Direção: Licínio Azevedo. Moçambique: Ébano Multimídia, 2012.)

Na imagem abaixo retrata a figura de uma mulher cujo o nome é Calene da Silva, sendo capturada por dois soldados no dia 3 de novembro de 1975 pela a polícia popular moçambicana acusada de prostituição em Dar salam. A foto foi tirada pelo fotógrafo moçambicano Ricardo Rangel⁸, no qual estava presente no momento da batida policial.

⁸Iniciou sua relação com a fotografia em meados dos anos de 1940. E em 1952 foi contratado pelo o jornal da *tarde*, fez parte da série de fotografias “pão nosso de cada noite”, no qual pensa a relação entre as mulheres e a vida urbana em Maputo, no último ano do período colonial. Ricardo Rangel, nasceu em 1924 em Lourenço Marques, hoje em Maputo (TRIANA, 2017).



(Fotografia: Ricardo Rangel, *O último Pão*, 1975)

A fotografia representa a realidade de uma grande parte das mulheres naquele contexto, no qual eram surpreendidas pela polícia. Observando a imagem, percebe-se que a mulher possui um olhar pleno, e com a cabeça erguida, no qual passa a impressão que não sabia qual era seu destino. Assim como no filme *Virgem Margarida* (2012), que também retratou o percurso das mulheres após a batida policial, as mesmas não sabiam para onde iriam e só descobriram quando chegaram no lugar após dias de viagem. A imagem também ressalta a presença da Justiça popular moçambicana e sua atuação na aplicação dessas políticas. Isso pode ser relacionado com a questão da segurança nacional e o controle social mencionados anteriormente. Através da ação da Justiça popular, o governo procurava impor sua ideologia e reprimir qualquer comportamento considerado contrário aos princípios revolucionários.

Outro exemplo desse é o caso de dona Esther, uma próspera comerciante da época, porém não era casada e tinha dois filhos, no qual somente um era registrado, moradora de uma cidade chamada Inhassune, fundada a partir do remanescente da operação e produção que permaneceram lá.

Dona Esther era uma próspera comerciante na Maxixe, tinha várias barraquinhas no início dos anos 80, e tinha dois filhos, embora não fosse casada. Segundo Dona Esther, o fato de ter filhos sem estar casada foi

utilizado por aqueles que tinham inveja de sua prosperidade, ela foi acusada de prostituta. O pai dos seus filhos assumiu apenas a paternidade do rapaz, e a menina, que na altura tinha cerca de cinco anos, foi enviada num caminhão junto com a mãe a um lugar inóspito, onde não havia nada além dos militares da Frelimo que cercavam a zona, já naquele momento atacada constantemente pelos chamados bandidos armados(THOMAZ, 2008,p.20).

A história de dona Esther e sua filha no centro de reeducação, mostra a contradição dos jornais da época, visto que nas fontes consultadas não foi possível perceber a presença de crianças nos centros de reeducação. Essa história de Dona Esther também se conecta com a de que as acusações, semelhantes aos processos inquisitoriais, foram um motivo significativo para a deportação de pessoas para os centros de reeducação em Moçambique pós-independência. Essas acusações muitas vezes não eram verificadas e comprovadas, mas ainda assim levavam a graves consequências para as pessoas acusadas, como no caso de Dona Esther, que foi enviada para um lugar inóspito com sua filha.

A prostituição era uma realidade presente em muitos países colonizados, incluindo Moçambique, durante o período colonial. Com a independência do país, a FRELIMO mostrou uma clara intenção de combater e eliminar a prostituição, enxergando-a como uma consequência das desigualdades e explorações sociais, tanto do colonialismo quanto do sistema capitalista. A visão da FRELIMO era a de que a prostituição era incompatível com a construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, foram implementadas medidas para tentar "bloquear" a prostituição e as atividades relacionadas com a vida boêmia, visando promover uma moralidade e comportamento mais adequado aos ideais revolucionários(NOTÍCIAS, Maputo 13 de agosto de 1976).

À medida que os centros foram se alargando, passou a comportar as demais pessoas que cometessem qualquer tipo de crime, desde aqueles que fossem de menos impacto social, como por exemplo os anti revolucionários, como também os rebeldes armados, insurgentes ou marginais. Parece que nos primeiros anos após a independência, a definição da possibilidade de ida para centro de reeducação estava diretamente relacionada ao passado do indivíduo. Ou seja, o indivíduo que fosse comprometido, tivesse um histórico do passado "limpo" era considerado um bom exemplo, porém aqueles que tivessem uma trajetória pessoal anterior que levantasse qualquer suspeita era considerado como anti revolucionário e iriam para o centro de reeducação. Essa dinâmica abriu espaço para as diversas "acusações". No entanto, tudo nos leva a crer que a "acusação", semelhante ao processo inquisitorial, foi em grande

parte motivo de maior deportação, visto que começou uma série de "acusações" sem precedentes, pois, na grande parte, não se verificava se essas acusações eram válidas ou não. Apenas eram enviadas para os centros. Esse fator ocasionou vários problemas internos na configuração dos centros (THOMAZ, 2008).

Os crimes estavam diretamente relacionados ao potencial contrarrevolucionário do indivíduo ou à sua conduta moral. No mesmo ano foram enviados para esses campos um número exorbitante de homens e mulheres acusados de vadiagem, tráfico de drogas e prostituição, que foram presos em cinco cidades que seriam posteriormente enviados para os centros de reeducação nas provinciais(CAHEN, 2011). Um exemplo disso foi o de Uria Simango⁹. Um líder político da época, foi um dos pioneiros do anticolonialismo moçambicano moderno, se colocou ao lado do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, no qual ocupou o papel de vice-presidente. Participou das operações de unificação e apoiou as inúmeras crises que marcaram o início da luta armada. Apesar do apoio ao presidente da Frelimo, o mesmo fazia várias críticas à forma como o Mondlane tratava das questões relacionadas ao equilíbrio étnico na direção da Frente, tais críticas consequentemente o colocaram em oposição direta com a Frelimo(CAHEN, 2011).

Em Ruarua, na província de Cabo Delgado, centro fundado durante a luta de libertação armada, em 1985, foram libertados dos centros de reeducação cerca de cento e oitenta presos, em sua maioria acusado de roubos, porém que se arrependeram dos seus crimes, essas pessoas eram asseguradas pela lei nº 7/83, que concedia o perdão. Como foi o caso de um rapaz chamado Agostinho Pedro, que tinha sido preso acusado de roubo nos caminhos de Ferro em Moçambique-sul. O mesmo tinha 2 mulheres e 14 filhos. Ele foi condenado a dois anos e meio, porém só cumpriu um ano e oito meses de pena, pois as pessoas que se arrependiam, ou tinham um bom comportamento dentro dos centros tinham a pena reduzida. Tal ação de soltura através do perdão segundo a

⁹Durante o II congresso que ocorreu em Niassa 1968, foi lançada a candidatura do Simango, no qual perdeu por diferença de dois votos para Eduardo Mondlane. Em fevereiro de 1969, o então presidente foi assassinado por ordens da PIDE, após esse episódio iniciaram uma caça às bruxas em massa contra todos os que se opunham à política militar, no qual o Uria Simango foi acusado de ser "ambicioso" - e estava gradualmente envolvido em acusações de conspiração na morte do mesmo. O Simango, Primeiro levado para Nachingwea, o antigo campo de treino de guerrilha que Samora Machel comandara na Tanzânia, foi coagido a ler publicamente uma longa confissão em que se acusava de ter sido culpado de todos os crimes no início, e foi obrigado a pedir perdão em 11 de maio de 1975. Posterior a isso, foi então enviado para o "campo de reeducação" em M'telela, norte do Niassa, na companhia de outros opositores (J. Semeão, L. Nkavandame, M. Gwengere, P. Gumane e alguns outros 16) foi constatado que nenhum desses oponentes tiveram o direito de serem julgados, e foram assassinados(queimado vivo) (CAHEN,2011).

Frelimo, foi divulgado no jornal Notícias como algo positivo que merecia gratidão, principalmente pelos os que foram favorecidos por ela, como foi o caso de Agostinho, como outros libertos, agradeceu ao partido e ao governo por sua decisão de promulgar a Lei nº 7 de 1983 e de reduzir a forma como o setor de serviços trata efetivamente os reeducados para reintegrá-los à sociedade (MAPUTO,1984).

A ilegalidade e injustiças também marcaram a história dos campos de reeducação. Muitas pessoas pagaram por crimes que não cometeram, porém nota-se a partir do discurso do Samora Machel uma preocupação em corrigir esses erros. Como enfatizou o presidente no seu discurso quando libertou 684 reeducandos do centro de Chaimite em Cabo Delgado no dia 28 de setembro de 1981¹⁰.

Nós somos pela justiça. a ilegalidade é contra os nossos princípios. Não faremos a revolução para admitir situações de injustiças. Temos de ser justos e corretos, temos de transformar o homem com clareza e correção... Cometemos alguns erros e vamos corrigi-los(MAPUTO, 28 de setembro de 1981, p. 01).

A matéria publicada no jornal *Notícia* de 1981, cujo título era *REEDUCAÇÃO:Uma realidade*, acima, nos permite entender os desafios enfrentados pela FRELIMO no contexto dos centros de reeducação e na aplicação de medidas diferenciadas para os reeducandos. O discurso de Samora Machel reflete a preocupação do governo em garantir tratamento especial para aqueles que foram injustiçados ou participaram da luta armada. No entanto, ao longo do tempo, os centros de reeducação enfrentaram problemas internos, o que levantou questões sobre a forma como os presos eram selecionados e tratados.Essa mistura de diferentes perfis de presos pode ter dificultado a aplicação adequada das medidas de reeducação e ressocialização (TEMPO, Maputo, 11 de outubro de 1981). Segundo o discurso do Samora Machel, as pessoas que foram injustiçadas, teriam um tratamento especial, assim como aqueles que participaram da luta armada.

Para analisar esses casos de injustiças era através de uma comissão com diversos organismos estatais que averiguava caso por caso para que os mesmos não fossem punidos injustamente, nesse sentido enquadrar de forma concreta os reeducandos. Como já foi mencionado, de acordo a matéria cada um desses reeducandos tinha um tratamento diferente como, os idosos após sair dos centros de reeducação retornaram para suas casas, já os mais jovens seriam escalados para a batalha da reconstrução

¹⁰O jornal tem como título “Libertados 694 reeducandos- medida de clemência ordenada pelo o presidente Samora em Cabo Delgado” foi publicado pelo o editor do Nacional Antônio Souto em 28 de de setembro em 1981. Para ter acesso ao pdf é só clicar no link https://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19810928_libertados_reeducandos.pdf

nacional, porém seriam enquadrados em funções diferentes(*TEMPO*, MAPUTO, 11 de outubro 1981).

A falta de critérios claros para a seleção dos reeducandos foi uma questão preocupante. Analogamente, no filme "Virgem Margarida", acompanhamos a história de uma jovem moça que foi erroneamente levada a um centro de reeducação por ser confundida com uma prostituta, mesmo sendo virgem. Essa situação exemplifica uma das injustiças que podem ocorrer quando não há critérios claros e cuidadosos na seleção dos reeducandos, pois pode ter resultado em injustiças e punições desnecessárias para algumas pessoas. A ausência de uma abordagem mais cuidadosa na avaliação dos casos individuais pode ter levado a tratamentos injustos ou inadequados.

À medida que o tempo ia passando os centros começaram a apresentar alguns problemas internos. Em um balanço feito pelo presidente Samora Machel em 1981, após uma visita aos centros de Chaimite e Rauaria. Tal visita possibilitou levantar uma série de questões como por exemplos quem deveria ser reeducado, tal pergunta surgiu por perceber que nos centros não havia critérios em relação aos presos, alegando que mandavam para os centros pessoas que não deveriam estar lá. Outra questão levantada foi em relação ao tempo de pena dos presos, haviam os que tinham ficado em torno de 90 dias e outros que passaram anos. Havia também uma crítica relacionada à mistura dos tipos de crimes, no qual colocavam indivíduos com grau de criminalidade bem diversificados como os crimes que eram tratados por leis, os tratados pelo o código disciplinar militar, no caso de Chaimite e Ruarua eram em sua maioria casos punidos por lei. Como foi o caso dos PIDES, assassinos que estavam no mesmo ambiente que os ex combatentes que levaram a cabo a luta de libertação até o final, mas que acabaram cometendo pequenos delitos(*TEMPO*, 11 de outubro de 1981). Dentro disso, a realidade enfrentada no funcionamento dos centros de reeducação mostrou que a aplicação dessas medidas não foi isenta de desafios e dificuldades.

3.2 Crime de vadiagem

O pensamento modernista da Frelimo depois da independência era incompatível com o “desemprego”, que era considerado fruto da preguiça ou da falta de vontade. Esse pensamento frelimista foi motivo de grande parte da deportação de pessoas acusadas do crime de vadiagem para os centros de reeducação.

O crime de vadiagem era uma prática comum em muitos países colonizados, incluindo Moçambique, durante o período colonial. Essa lei era usada pelas autoridades coloniais como uma forma de controlar e reprimir a população nativa, principalmente os jovens e desempregados. Na língua portuguesa, a palavra "vadiagem" assumia um sentido amplo, abrangendo a condição de indivíduos vagabundos, errantes e sem moradia certa. Além disso, a palavra também expressava a recusa em se conduzir de acordo com as normas de trabalho. No contexto colonial, o termo "vadiagem" era utilizado para descrever pessoas sem ocupação formal, sem um senhor ou moradia fixa. A vadiagem, portanto, englobava a itinerância e a ociosidade, comportamentos considerados ameaçadores à estabilidade social. Essa noção de vadiagem podia incluir categorias mais restritas de ociosos, como o submundo dos delinquentes que viviam à margem do trabalho "honesto", recorrendo a meios ilícitos de sobrevivência, como o jogo e roubos (FRAGA, 1996).

No contexto moçambicano pós-independência, a concepção de vadiagem pode ter continuado a ser influenciada por essa visão colonial, com a FRELIMO buscando combater a ociosidade e a desordem social. É possível que a ideologia da FRELIMO tenha considerado a vadiagem como uma ameaça à construção de uma nova sociedade baseada no trabalho coletivo e nos ideais socialistas. Segundo a legislação que estava em vigência no período era vadios todos aqueles que “Não tenham domicílio certo em que habitam, nem meio de subsistência nem exerçam habitualmente nenhuma profissão, ofício ou outro mister, em que ganham a vida, não provendo necessidade de força maior que os justifiquem de se acharem nessas circunstâncias.” (NOTÍCIAS, Maputo, 2 de junho de 1982.p.01).

Em um documento datado do dia 12 de agosto de 1982¹¹, publicado pelo jornal *Notícias*, enfatiza a história de um homem acusado de vadiagem chamado Fernando Jeremias Chuaqui, solteiro de 27 anos. A matéria apresenta um caso específico de aplicação do crime de vadiagem em Moçambique, onde Fernando Jeremias foi acusado de ser encontrado dormindo em um edifício e sendo considerado um vadio por não possuir residência fixa e não trabalhar regularmente, vivendo apenas de biscatos (trabalhos temporários). A decisão da secção Criminal do Tribunal Popular foi aplicar uma medida de segurança de seis meses a três anos, que seria cumprida em um dos

¹¹O artigo de jornal *Notícias* cujo o título é “ seis meses a três anos para um vadio ”, enfatiza a história de um sem abrigo que foi condenado a cumprir pena em um centro de reeducação acusado do crime de vadiagem por esta dormindo embaixo de um edifício. para visualizar ou baixar o PDF, acesse o link https://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19820812_vadio_condenado_a_reeducacao.pdf

campos de reeducação indicados pelo Ministério do Interior. Após cumprir a medida mínima, Fernando Jeremias seria integrado em uma atividade produtiva, onde prestaria serviço remunerado:

Fernando Jeremias foi acusado de ter sido surpreendido em flagrante delito nas escadas de um edifício cerca das 23.50 horas a dormir. Durante o julgamento, constatou-se que o réu não possui nesta cidade, nenhuma residência, assim como não trabalha; vivendo apenas de biscatos. Entretanto, a secção Criminal do Tribunal Popular decidiu aplicar ao réu uma medida de Segurança num período de seis meses a três anos que será cumprido num dos campos de reeducação a ser indicado pelo Ministério do Interior. Após o cumprimento da medida mínima, Fernando Jeremias será integrado numa atividade produtiva, onde prestará serviço remunerado (NOTÍCIA, Maputo 12 de agosto de 1982. p.01).

Em um documento datado de 30 de junho de 1982, cujo título era “julgamento de acusados por vadiagem” foi realizado outro julgamento, dessa vez de um grupo que se encontrava dormindo em frente a uma loja. Eles foram surpreendidos no dia 04 e só foram julgados no dia 30 do mesmo mês. A justificativa do grupo era que eles estavam à espera de uma contratação para trabalhar na África do Sul, porém os mesmos já estavam dormindo naquele lugar por um grande período, e o governo alegou que eles não tinham nem onde comer e dormir, além de constatar que estavam realizando pequenos furtos. Diante desses crimes, a 2ª seção decidiu aplicar medidas de segurança por período indeterminado, compreendido entre seis e 3 anos (NOTÍCIA, Maputo, 30 de junho de 1982).

O intuito da polícia popular era deixar a cidade limpa até o IV congresso da Frelimo, durante os anos que se antecederam o congresso foram realizadas diversas operações policiais. Esse autoritarismo do governo ficou ainda mais claro quando se olha para a figura do Xiconhoca¹², considerado o inimigo da nação, criado pelo o departamento propagandista da Frelimo. O "Xiconhoca" era uma figura que representava comportamentos a serem evitados, no qual poderiam sofrer punições através da justiça popular moçambicana caso comprometesse o desenvolvimento do processo revolucionário. Isso reflete uma abordagem autoritária e punitiva para garantir a conformidade com os ideais do Estado (MENESES, 2015).

¹² “Xiconhocaé uma palavra composta de dois nomes: Xico e Nhoca: O primeiro nome vem de Chico-Feio, um indivíduo que pertenceu à PIDE-DGS. Nhoca, em quase todas as línguas banto de Moçambique significa cobra, um animal traiçoeiro” (Frelimo, 1979 apud MENESES, 2015. p. 31). “o inimigo”. O apelido inspirado e depreciativo foi emprestado de um guarda prisional moçambicano notoriamente brutal da PIDE, Francisco Langa [também conhecido como Francisco ou Xico Malhanana, "Francisco, a Cobra"], que foi um dos poucos agentes da PIDE em Maputo que tinha sido detido em agosto de 1974. Uma figura estilizada de Xiconhoca, muitas vezes vestida com chinelos e calções, agitando bandeiras da Frelimo, embora ainda devendo lealdade à PIDE (XICONHOCA, o inimigo 1976 figura 03) Para ter acesso ao pdf acesse o link <https://www.mozambiquehistory.net/cartoons.php>.

A criação do "Xiconhoca" pela FRELIMO e sua utilização como um arquétipo do moçambicano imoral e corrupto, representando todos os males deixados pelo colonialismo, tem semelhanças notáveis com a concepção do crime de vadiagem. Ambos os conceitos, de diferentes maneiras, foram usados para moldar o comportamento e a ética da população de acordo com as ideologias dos governos revolucionários. Como aponta Meneses (2015):

A figura do Xiconhoca revela que a relação entre o povo – o coletivo dos ‘novos’ cidadãos – e a Frelimo, que o liderava, assentou no delinear de uma configuração de pertença e exclusão assertiva, procurando ultrapassar os problemas herdados do tempo colonial. Como Alice Dinerman sublinha, na análise da denúncia que esta personagem simbolizava, a Frelimo buscou ampliar o seu apoio popular, denunciando características identitárias negativas específicas, como o racismo, o tribalismo ou o regionalismo, ou ainda contra ideologias mistificadoras que desafiavam a proposta da Frelimo, como o liberalismo, o populismo, ou o esquerdismo (2006: 70). Na primeira década da independência, era praticamente impossível falar de diferenças sociais para além das diferenças óbvias entre colonizadores e povos oprimidos, entre ricos e pobres, etc. Referências a outras formas de diferença – fossem de natureza cultural ou mesmo étnica – eram condenadas como promotoras de regionalismo e de ações tribalistas, como ameaças à integridade da nação (DINERMAN, 2006 apud MENESES, 2015p.32)

Portanto, a figura do "Xiconhoca" pode ser vista como parte de um esforço mais amplo da FRELIMO para remodelar a sociedade moçambicana de acordo com seus princípios socialistas e éticos. Era uma representação do que precisava ser deixado para trás na construção da "sociedade nova" e na formação do "homem novo" de Moçambique(MENESES, 2015), como aponta a imagem lançada pelo o departamento propagandista da Frelimo em 1979.

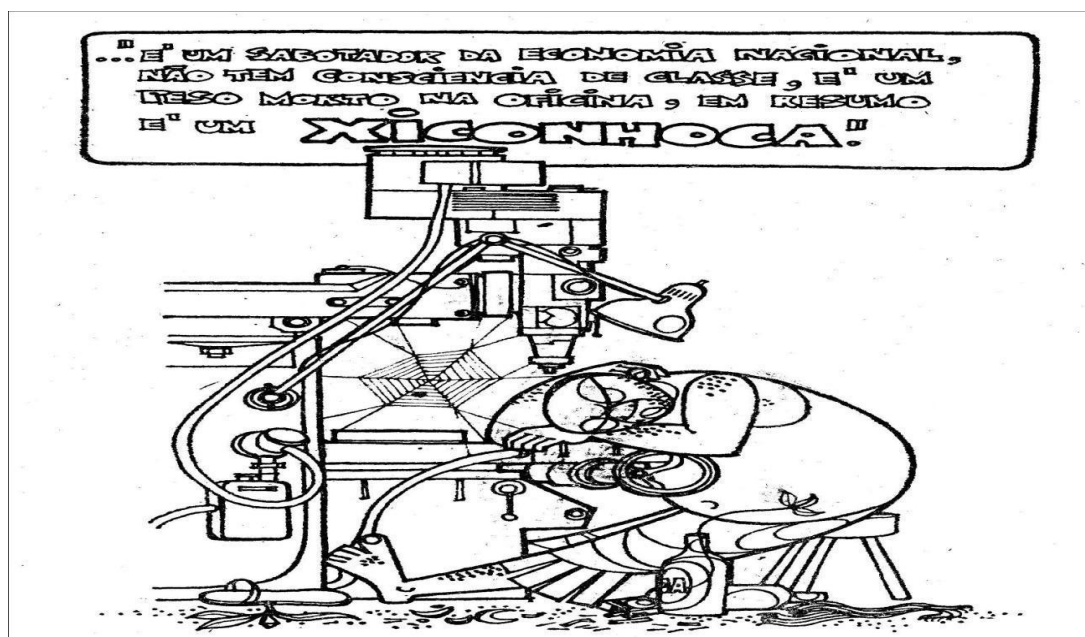


Figura 02: Xiconhoca

Na figura de cartoon está escrita a seguinte frase: “É um sabotador da economia nacional, não tem consciência de classe, é um peso morto na oficina, em resumo é um Xiconhoca”. O cartoon descreve a figura do "Xiconhoca" como alguém que é considerado um inimigo da FRELIMO, pois não está alinhado com seus ideais revolucionários e é percebido como prejudicial à economia nacional e à causa da classe trabalhadora. A palavra "Xiconhoca" era usada para rotular aqueles que eram vistos como sabotadores, indivíduos sem consciência de classe, preguiçosos e que adotavam trajes ocidentais ou burgueses (FRELIMO, 1976).

A imagem no cartoon, mostrando um trabalhador adormecido em sua bancada de trabalho com cigarros e uma garrafa vazia, retrata o "Xiconhoca" como alguém que não está comprometido com a produção e é negligente em suas responsabilidades. A mensagem é clara: a figura do "Xiconhoca" representa a ideia de que o comportamento improdutivo ou contra revolucionário é prejudicial ao país e à causa da revolução. Essa narrativa tinha como objetivo criar uma distinção clara entre aqueles que eram vistos como apoiadores do regime e aqueles que eram considerados inimigos da revolução.

Na Operação Produção, os desempregados foram alvo de transferência para o campo, refletindo o desejo do governo de reorganizar a força de trabalho e combater o desemprego nas cidades. Essa abordagem coercitiva visava direcionar essas pessoas para atividades produtivas, alinhando-se com a visão da FRELIMO de uma sociedade revolucionária. O cartoon referenciado, traz representação do "improdutivo" como sujo e descuidado, ilustra a maneira como o governo retratou esses indivíduos como obstáculos ao progresso da sociedade, justificando assim sua realocação coercitiva.

Após o IV congresso da Frelimo, nos meados de 1983, foi criada a campanha “operação e produção” e tinha como principal objetivo deslocar os desempregados espalhados pelas grandes cidades para as zonas rurais, onde pudessem cultivar alimentos com a implementação das aldeias comunais. Em um documento datado de julho de 1983, período que deu início ao programa de (Operação e Produção). Vem pontuar as questões relacionadas às atividades executadas pelos os presos no centro de reeducação de Jafar, no distrito de Marracuene, em Maputo. Tal documento discorre sobre as práticas de agricultura, em especial a criação de algumas espécies e alguns artesanatos. Essas práticas segundo o jornal *Notícia* visavam a produção para subsistência e o melhoramento de vida dos presos.

Um caso particular a destacar é a prática de piscicultura que está a ser desenvolvida em quatro centros de criação de peixe, localizados numa zona pantanosa. Para a produção agrícola, os reeducandos de Jafar prepararam

quatro hectares de terreno, onde plantaram mais de 400 mangueiras e vinte outros hectares de bananeiras. Eles cultivam ainda hortaliças, citrinos e outros produtos, numa área de cerca de vinte hectares. Nas horas de lazer, os reeducandos do Centro de Jafar dedicam-se a obras de artesanato, cujas receitas de venda revertem em benefício da comunidade. (*Notícias*, MAPUTO, 2 de julho de 1983, p. 01).

Essas medidas foram tomadas, visto que as vilas e cidades eram tidas como corruptas e a Frelimo seguia uma linha política de essência moralizadora. As expulsões de pessoas já vinham acontecendo desde 1975, porém com o tempo foi aumentando o número de pessoas expulsas. O aumento da população rural nas áreas urbanas foi um problema para a Frelimo. O fluxo descontrolado se deu pela busca de melhores condições de vida nas cidades, no qual aumentou a pressão em cima dos serviços de saúde e educação. Essa migração interna acabou reduzindo a capacidade de produção no campo, e consequentemente aumentando o número dos desempregados nas cidades. Acreditavam também que esse número exacerbado de desempregados contribuía para a instabilidade social, visto que eram considerados improdutivos, motivo que os levaria ao crime ou a prostituição para sobreviverem (MAPUTO, mais de 1983¹³).

Na tentativa de um controle maior da entrada desses indivíduos nas cidades, foi adotado em 1982 um cartão de residência juntamente com o bilhete de identidade, que indicava ao indivíduo o direito a residir na cidade. A justificativa da presença na cidade se deu através da carteira de trabalho ou cartão de trabalho. As medidas foram ficando mais drásticas, em 1983, foram realizadas buscas de casa em casa e as pessoas que não possuíam esses documentos eram expulsas. As buscas nas casas limitaram-se as casas formais, que anteriormente tinham sido residências dos portugueses, e que foram tomadas pelos africanos após a independência em 1975. Nesse sentido essa inspeção era na intenção de substituir os residentes "informais" pelos cidadãos formais. De acordo ao modelo oficial da Frelimo de organização das cidades, apenas os modernos deveriam viver na cidade- cimento, não as pessoas consideradas do caniço, casa para habitação construída de material precário (QUEMBO, 2012).

Essas buscas foram realizadas pelos os diversos segmentos da época, principalmente pelos os grupos dinamizadores, como também pela polícia, milícias populares e grupos de vigilantes. Essa iniciativa foi instaurada por meio da promessa emitida pelo presidente Samora Machel em um comício nos meados de maio de 1983. Em seu discurso prometeu vasculhar as cidades à procura de quem fosse desempregado. (MAPUTO, maio de 1983).

¹³Discurso de Samora Machel proferido em Maputo, em maio de 1983.

A mobilização de vários segmentos do Estado e sobretudo das instituições de defesa e segurança, a exigência do cartão de trabalho, o bilhete de identidade e o cartão de residência como condição para não ser enviado às zonas rurais, num país onde as suas instituições tinham dificuldades para produzir estes documentos, com um mercado de trabalho em crise, com uma forte taxa de desemprego, a movimentação de pessoas (algumas das quais trabalhavam) do extremo sul do país para se instalarem obrigatoriamente no extremo norte, e a total falta de preparação na recepção destas pessoas para a sua integração nas supostas actividades productivas, tudo isto torna difícil o estabelecimento do vínculo entre a Operação Produção e a dinamização da produção e a ruptura com o legado colonial.' (QUEMBO, 2012. p. 70.)

Em um jornal datado de 20 de maio de 1983 publicado pelo *Notícias*, dias depois do discurso de Samora Machel, cujo o título da matéria era “Indocumentado atingido fortemente” retrata a história de uma indivíduo que foi morto a tiros pela polícia popular moçambicana, por estar portando apenas um documento de identificação, eles alegaram que era falso. Segundo ele, quando o indivíduo foi convocado à detenção, o mesmo tentou fugir, motivo que levou a sua morte. Como mostra a matéria abaixo:

O indivíduo em causa tinha como único documento, um Cartão de Residente falso, que nem sequer está numerado. Abordado pelo agente 6 a autoridade não foi capaz de apresentar nenhuma prova da sua identificação, nem da sua cidadania. Quando o membro da PPM anunciou que ia ser levado à Esquadra, já que não tinha documentos, o homem pôs-se em fuga. Segundo declarações do agente da PPM, o referido indivíduo foi por si interpelado, juntamente com outras pessoas, por volta das 17 horas nas proximidades do Ginásio do Maputo, tendo recusado a apresentar s sua identificado. Depois de aturada insistência do agente da Polícia, o homem retirou do bolso um Cartão de Residente, sem número de emissão, passado em nome de Antonio Francisco Cossa, desempregado. Constatada a falsidade do documento apresentado, o agente exigiu ao Indivíduo que o acompanhasse até à Esquadra mais próxima, para esclarecimento da situação. A esta solicitação, o indivíduo respondeu fugindo. O agente da PPM disse-nos que tentou sem êxito para o indivíduo. Como não conseguiu, disparou para o ar, mas mesmo assim o indivíduo não parou. O único tiro, dirigido ao fugitivo, foi fatal (Notícias, MAPUTO, 20 de maio de 1983).

Esse artigo publicado pelo o jornal, revela uma complexa dinâmica social e política da época, onde a busca por desempregados, considerada um problema, era promovida como uma ação do governo. A promessa de vasculhar cidades em busca de desempregados, emitida pelo presidente Samora Machel, demonstra a abordagem repressiva do regime para lidar com questões sociais complexas, como o desemprego. Essa política levou a situações trágicas, como o incidente do homem alvejado fatalmente pelo agente da Polícia Popular de Moçambique (PPM)

O fluxo em massa desses indivíduos se tornou assunto que dividiu a opinião pública. É perceptível ao evidenciar uma notícia do jornal (*Notícia*) que foi publicada em Maputo em 29 de maio de 1982. O título da matéria era: *Necessário controlar o afluxo de pessoas à cidade*. A matéria enfatiza a opinião de três empregados comerciais,

o primeiro foi Armando Mungu Mousse de 29 anos, trabalhador da empresa de abastecimento da cidade. O mesmo afirmou que as ações para o combate à criminalidade tinham que partir deles, visto que eram as principais vítimas desses crimes, em especial o de roubo a mão armada. Diante desta situação destaca que as ações para o combate têm que ser feitas através da sensibilização com o suporte dos grupos dinamizadores no qual iriam nos bairros convencer as massas para voltarem às suas origens, ou até mesmo a procurarem empregos.

falando das pessoas que vêm do campo para a cidade, sem emprego nenhum, realmente podemos considerá-las marginais que temos na cidade. Acho que seria viável a mobilização desses elementos, no sentido de convencê-los a regressarem às suas origens, uma vez que não é possível arranjar aqui emprego para todos. Devem regressar para a procedência onde poderão produzir, em vez de ficar cá na cidade, passando a vida no passeio (*Notícia*, MAPUTO, 29 de maio de 1982. p. 01).

O segundo trabalhador, foi o Fernando José Tiu de 25 anos, empregado comercial. O mesmo reforçava que para reduzir a criminalidade era necessário a intensificação da vigilância no qual "Essa vigilância deve partir da célula, propagando-se até o bairro... Numa reunião de bairro em que estejam presentes todos os seus moradores, fara-sea uma análise das pessoas que trabalham e daquelas que vivem na vadiagem"(*Notícia*, 29 de maio de 1982. p.01). Além disso, ele reforçava a ideia das denúncias, caso qualquer pessoa levantasse suspeitas, até mesmo pessoas da família eram denunciadas. A denúncia estava pautada na verificação através das autoridades se de fato eram ou não criminosos. Nesse sentido essa vigilância também abrangeria as pessoas que vinham de fora, visto que eram em maior quantidade.

Eduardo Afonso Guimbe de 30 anos, foi o terceiro empregado comercial que residia no bairro da Maxaquene. Para ele a criminalidade só acabaria se o povo agisse em conjunto com as autoridades, no qual esse apoio era de grande importância, já que o número de autoridades era reduzido e que com a ajuda do povo a vigilância se intensificava. Além disso, assim como o segundo empregado, ressaltava a importância das famílias nesse processo, pois as famílias os conheciam mais intimamente " as famílias desses elementos deveriam compreender a necessidade de denunciá-los, porque não os querem denunciar, nunca sairemos dessa situação"(*Notícia*, 29 de maio de 1982. p. 01). E de se observar que a opinião desses trabalhadores foi de forma estratégica, para mobilizar o máximo de empregados para a causa e as demais pessoas. Além disso, o programa foi criado com o intuito de suceder de forma permanente no qual contaria

com todo o aparato estatal e organizações democráticas de massa principalmente a organização da mulher moçambicana e da juventude moçambicana (QUEMBO, 2012).

Porém, longe do que foi proposto e assumido no discurso sobre o “homem novo” e o objetivo de torná-lo útil à sociedade, verifica-se que a “ação produtiva” está, na prática, muito distante desse objetivo. Trata-se de eliminar os “indesejáveis” da cidade. Muitos foram arbitrariamente deportados. Com isso, Bento José, que já havia sido funcionário do Conselho de Moradores do bairro Georges Dimitrov, mas perdeu o emprego durante a operação, foi demitido. José e outros com a mesma experiência não eram parasitas urbanos, não eram preguiçosos ou inúteis para a sociedade urbana, ainda mais considerando a crise produtiva e econômica que o país atravessava, a maioria das empresas fechadas, alta taxa de desemprego.

Segundo a ideologia modernista da Frelimo, o trabalho é unicamente aquele considerado moderno e qualificado. Todos os que se dedicavam à venda no sector informal, geralmente apelidado candonga, não eram considerados trabalhadores ou ‘produtores’ e devem assim ser conduzidos ao campo para se dedicarem a uma actividade ‘produtiva’. A este nível há uma proximidade, um paralelismo entre a ideologia da Frelimo e ideologia colonial (QUEMBO, 2012).

Assim, os desempregados eram considerados como pessoas que escolhiam livre e voluntariamente não se envolver em atividades produtivas em um país recém-independente que são necessárias para aumentar sua produção. Essas pessoas desenvolveram uma falsa mentalidade de desprezo pelo trabalho braçal, especialmente o trabalho agrícola rural, e queriam ficar na cidade para se beneficiar do trabalho dos outros. Sem trabalho remunerado, essas pessoas são potenciais criminosos e prostitutas que deveriam ser incluídas no programa de produção. O homem novo precisava produzir para a recuperação econômica, e isso só era possível através do seu trabalho. Além disso, o trabalho era sinônimo de utilidade social, assim como a produção. Eram os motores para o desenvolvimento social. (QUEMBO, 2012).

A ociosidade passou a representar um desafio à valorização do trabalho. Assim, enquanto o trabalho simbolizava o mundo da organização, da sobriedade e da moralidade, a ociosidade indicava um colapso moral e uma desordem social. Caberia ao Estado o papel de civilizar e tornar “úteis” os indivíduos que se desviavam para o caminho da ociosidade. Nessa perspectiva Fraga, 1996 salienta que curiosamente, a integração desses homens era considerada apenas no âmbito da exploração do trabalho. Não se cogitou, por exemplo, uma recompensa material ou a extensão dos direitos de cidadania a essas pessoas despossuídas. A ideia de transformá-los em membros

produtivos da sociedade não levava em conta a possibilidade de oferecer incentivos ou garantir-lhes direitos básicos (FRAGA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da concepção de crime em Moçambique no período pós-independência, sob a perspectiva da FRELIMO, nos apresenta uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelo país durante essa fase de transição política e social. Um exemplo desses desafios foi o fechamento dos centros de reeducação, o que nos leva a questionar o porquê o projeto que seria a salvação da sociedade moçambicana não deu certo, pois o mesmo foi fechado poucos anos depois. Além disso, mais a FRELIMO, como partido revolucionário que conduziu a luta pela independência, tinha uma visão de transformar Moçambique numa sociedade socialista justa e igualitária, livre das estruturas coloniais e das desigualdades impostas pelo passado. Mas, o mesmo ideário acabou reproduzindo um sistema opressor semelhante ao do colonizador, a exemplo disso foi a criação dos centros de reeducação e o projeto operação e produção, no qual a população era obrigada a executar trabalhos sob a égide da punição caso não o fizesse, além de que em sua grande parte não eram remunerados.

A partir dessa análise, podemos concluir que a busca por uma sociedade justa e igualitária requer um olhar mais amplo e sensível para as complexidades dos problemas sociais. É fundamental considerar os fatores econômicos, sociais e culturais que influenciam o comportamento humano e buscar soluções mais humanizadas e inclusivas. Além disso, é fundamental que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária seja feita de forma participativa e democrática, com a inclusão de diferentes vozes e perspectivas. A história de Moçambique no pós-independência é um lembrete de que a busca por uma sociedade melhor não pode ser imposta por um grupo dominante, mas deve ser uma construção coletiva, com espaço para o diálogo, o respeito e a diversidade.

Uma outra crítica importante a ser feita é o impacto das políticas repressivas e da criminalização de certas condutas na sociedade. Isso pode levar à marginalização de grupos vulneráveis e à perpetuação de desigualdades sociais. Em vez de punir de forma arbitrária, é necessário investir em políticas públicas que ofereçam oportunidades e suporte para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, buscando abordagens mais justas e eficazes. Fato que passou despercebido pelo partido, uma vez que culpavam as pessoas pelas mazelas sociais em que o país se encontrava.

Podemos perceber isso, mediante as medidas tomadas pela Frelimo após a independência, ao invés de buscar solucionar outros problemas como a fome, doença e educação, eles se preocuparam em limitar os serviços tanto os informais (candongas) e a prostituição, visto que era o meio de sobrevivência daquela população. Ao fazer isso, deixaram a míngua os filhos e as famílias de modo geral. O filme “Virgem Margarida” também retrata essa realidade, no qual uma das mulheres tinha deixado dois filhos sob os cuidados de uma vizinha para fazer um show na noite, porém foi apanhada durante a batida policial, no qual partiu sem nem dar satisfação aos seus filhos que eram crianças. Após um longo período, a mesma recebeu uma carta no qual trazia a notícia da morte de um dos seus filhos.

É importante reconhecer que a história de Moçambique no pós-independência é marcada por transformações políticas, sociais e econômicas profundas, que influenciaram a concepção de crime e a forma como ele foi tratado ao longo dos anos. A análise crítica desses aspectos nos permite compreender a complexidade dessas questões e as implicações das políticas públicas e da ideologia da FRELIMO na sociedade moçambicana. Levando em consideração que o colonizado é fruto do colonizador, inclusive os membros do partido Frelimo, acredito que esse seja o ponto crucial para desconsiderar a ideia de uma sociedade totalmente livre do colonialismo.

REFERÊNCIAS:

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira Salvador: EDUFBA, 2008.p. 194

CAHEN, Michel. **Moçambique: o fim da história... única. Trajectórias dos anticolonialistas em Moçambique.** AFRICANA STUDIA, Nº15, 2010, EDIÇÃO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS UNIVERSIDADE DO PORTO p. 325-341.

SANTANA, Jacimara Souza. **A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias** (REVISTA TEMPO 1975-1985). Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 4, dezembro de 2009, p. 67.

SANTANA, J. **A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias** (REVISTA TEMPO 1975-1985). Sankofa (São Paulo), v. 2, n. 4, p. 67-87, 6 dez. 2009.

FRELIMO. Sede nacional. Combate popular contra a criminalidade. Sede nacional da Frelimo. Maputo, 11 de agosto de 1976 In: *Circulares da Sede Nacional da FRELIMO* . (Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, sd), pp. 01-16.

CARVALHO, Sol . **Reeducação: uma realidade complexa.***Tempo* [Maputo], n.º 574, 11 de outubro de 1981, p.22-27.

Reeducando percuciência de visita de Jafar, José Moianene Centro de Reeducação de Jafar. *Notícias* [Maputo], 2 de julho de 1983.

27 de março de 1984. Ex-reeducandos postos em liberdade em Ruarua. *Notícias* [Maputo], 27 de Março de 1984.

Necessário controlar o afluxo de pessoas à cidade. Notícia, Maputo, 29 de maio de 1982, pag 02 disponível em https://www.mozambiquehistory.net/history/operacao_producao/19820529_controlar_a_fluxo_de_pessoas.pdf

"Virgem Margarida." Direção: Licínio Azevedo. Moçambique: Ébano Multimédia, 2012. Filme.

BANDEIRA, Isa. O Protagonismo feminino na fotografia de Ricardo Rangel: O Pão Nosso de Cada Noite.

FRELIMO. Sede Nacional . Vigilância contra especulação e açambarcamento [14 de agosto de 1976]. In: *Circulares da Sede Nacional da FRELIMO* . (Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, sd), p.11-12.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CASIMIRO, Isabel Maria. Paz na terra, guerra em casa / Isabel Casimiro. – Recife: Editora UFPE, 2014.375 p. – (Série Brasil & África. Coleção Pesquisas.

THOMAZ, Ribeiro Omar. “Escravos sem dono”: A experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. São Paulo, USP, 2008, V. 51 N° 1.

QUEMBO, Carlos. **O poder do poder: Operação e produção (1983) e a produção dos ‘ improdutivos’ urbanos no Moçambique pós- colonial.** Maputo-Moçambique. Cadernos de histórias de Moçambique, 1, 2012, pp.65-81.

MENESES, Maria Paula« Xiconhoca, **o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique** », Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 106 | 2015, posto online no dia 28 abril 2015, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5869> ; DOI : 10.4000/rccs.5869.

GOMES, Carlos de Matos. **A Africanização na guerra colonial e as suas Sequelas Tropas Locais- Os vilões nos eventos da história.** MENESES, Maria Paula, MARTINS, Bruno Sena(Org). As guerras de libertação e os sonhos coloniais. Alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra; editora almedina, 2014.p 194.

MENESES, Maria Paula, MARTINS, Bruno Sena. **As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados.** Coimbra; editora almedina,2014 pp.

M'BOKOLO. Elikia. **África Negra: História e Civilizações do Século XIX aos nossos dias.** 2ª Edição.Lisboa/Portugal: ed Colibri, 2011.191.

SANTANA, Cristiane Soares. **Quem é prostituta?": Uma análise sobre a concepção de prostituição empregada pela a operação e produção no Moçambique pós-independência.** GOMES, Patrícia Godinho e FURTADO, Cláudio Alves (Org). ENCONTROS E DESENCONTROS DE LÁ E DE CÁ DO ATLÂNTICO. Mulheres Africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2017.

FILHO, Walter Fraga. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo; EDUFBA, SP/ Salvador, BA 1996.

MENESES, Maria Paula. **Uma perspectiva sobre estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança.** SILVA, Teresa Cruz, COELHO, João Paulo/ SOUTO, Amélia Neves (Org) Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. editora; clacso, 2012 p. 299.

Em oito meses, quatro mil na cadeia em operações seletivas. batidas policiais em “dezenas” de *bairros* de Maputo capturaram 4.000 indivíduos acusados de vadiagem, prostituição, assalto à mão armada, violação, roubo, homicídio e outros crimes. Notícias [Maputo] 17 de janeiro de 1983. p 01. Clique para visualizar ou baixar um PDF 135

kb.https://www.mozambiquehistory.net/justice/crime/19830117_4000_na_cadei

Frente de Libertação de Moçambique . Documentos históricos do I Congresso da FRELIMO. *Tempo* [Maputo] no.330 (30 de Janeiro de 1977). páginas 24-31a.pdfhttps://mozambiquehistory.net/politics/frelimo/62-63/19770130_i_congresso_opt.pdf

Frente de Libertação de Moçambique. *1º Congresso, Dar-es-Salaam, 23-28 de Setembro de 1962: documentos* Dar es Salaam: Comité Central, Departamento de Informação e Propaganda, 1962. 41 páginas.

Frente de Libertação de Moçambique .*Comunicado de imprensa: Os partidos políticos de Moçambique fundem-se.* Dar es Salaam, 26 de junho de 1962. 1 página. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 64 kb.

Frelimo cria campos de reeducação.*A Capital* [Lisboa], 20 de Novembro de 1974. Clique [aqui](#) para visualizar ou descarregar um PDF, tamanho 88 kb.

Centro de Reeducação de Msauize: transformar pelo trabalho marginal da sociedade colonial. *Notícias* [Maputo], 13 de Agosto de 1976, p.4.

Marion Duncan .**Moçambique: Os campos de reeducação de Machel ensinam uma dura lição.** *To the Point* [Joanesburgo], 3 de junho de 1977, p.54. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 199 kb.

Trabalho de reeducação foi positivo, constatação II Seminário realizado em Maputo.*Tempo* [Maputo], no.485, 27 de Janeiro de 1980, p.2. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 238 kb.

Jay Ross .**Os campos de reeducação moçambicanos levantam questões de direitos.** *Washington Post* [Washington DC], 7 de maio de 1980. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 192 kb.

António Souto .**Reeducação e legalidade fabricam homem novo.** *Notícias* [Maputo], 29 de Agosto de 1981. Clique [aqui](#) para visualizar ou descarregar um PDF, tamanho 177 kb.

Inspecção dos centros de reeducação na província de Cabo Delgado, em Moçambique. *Resumo de transmissões mundiais* [Londres], 19 de outubro de 1981. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 90 kb.

Seis meses a três anos para um vadio. *Notícias* [Maputo], 12 de Agosto de 1982. Um sem-abrigo foi condenado a cumprir pena num centro de reeducação por vadiagem. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 42 kb.

Marracuene: reeducandos produzidos para auto-suficiência, José Moiane visita Centro de Reeducação de Jafar. *Notícias* [Maputo], 2 de Julho de 1983. Clique [aqui](#) para ver ou descarregar um PDF, tamanho 300 kb.

Ex-reeducandos postos em liberdade em Ruarua. *Notícias* [Maputo], 27 de Março de 1984. Clique [aqui](#) para visualizar ou descarregar um PDF, tamanho 48 kb.

Para o centro de reeducação só se vai depois de julgado e condenado.*Notícias* [Maputo], 4 de Janeiro de 1985. Entrevista de António Souto com Mário Mangaze. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 235 kb.

[sem título]. *Daily News* [Dar es Salaam], 3 de Novembro de 1975. Vários milhares de homens e mulheres acusados de vadiagem, tráfico de drogas e prostituição foram presos em cinco cidades e vilas e serão enviados para 'centros nas províncias para reeducação'. Clique [aqui](#) para visualizar ou baixar um PDF, tamanho 98 kb.

Indocumentado atingido mortalmente. *Notícias* [Maputo], 20 de Maio de 1983.